



Escola de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Economia Política

Economia Social e Solidária e Desenvolvimento Local:
a experiência da Rede Participação Juvenil de Sintra

Ana Raquel Lopes Graça Fernandes de Melo Jerónimo

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Economia Social e Solidária

Orientador:

Professor Doutor José Manuel Henriques, Professor Auxiliar,
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2017

Agradecimentos

Quero agradecer desde já ao professor e orientador deste trabalho, José Manuel Henriques. Obrigada Professor por ouvir, por estar presente sempre que necessário, pelas suas palavras de incentivo e pela partilha de conhecimento, que tanto me despertou o interesse, me fez refletir e me deu motivação para continuar.

Aos meus pais, Lurdes e António, pelo amor e apoio que me deram ao longo de toda a minha vida e, que nesta jornada, não foi exceção. Obrigada pelo vosso encorajamento e ânimo.

Ao meu marido, Ricardo, que esteve sempre ao meu lado. Obrigada por acreditares em mim, pelo teu amor e compreensão.

A todos os meus amigos, aqueles que têm estado comigo nos momentos mais difíceis da minha vida, mas também nos mais felizes. Obrigada por me darem força.

E ainda, a todos os entrevistados deste estudo. Um especial agradecimento ao Marco pela sua dedicação e paixão a esta causa. Obrigada, sem a tua cooperação não teria sido possível.

Resumo

A complexidade crescente dos diversos problemas sociais leva-nos a pensar em novas formas de atuação no território, formas de promover o Desenvolvimento Local (DL). Neste sentido, a Economia Social e Solidária (ESS), na sua preocupação em resolver problemas sociais, surge interligada com a questão do Desenvolvimento Local. Esta “outra economia” assume-se, progressivamente, como um ator privilegiado na sociedade civil, com capacidade de dar resposta às necessidades sentidas pela própria. O presente trabalho pretende analisar quais os contributos da Economia Social e Solidária para o Desenvolvimento Local. A análise da interligação entre os conceitos passa pelo estudo da intervenção de uma entidade da ESS no concelho de Sintra: a Rede Participação Juvenil de Sintra. No que concerne à abordagem metodológica, a perspectiva de “avaliação realista” foi a escolhida para o efeito. A reflexão sobre as condições em que é possível gerar mudança é o que guia este trabalho, que pretende enaltecer o debate sobre as alterações necessárias às atuais políticas públicas e intervenção dos municípios.

Palavras-chave: Economia Social e Solidária, Desenvolvimento Local, Avaliação Realista, Municípios

JEL: R58 Regional Development Planning and Policy; O22 Project Analysis

Abstract

The growing complexity of the various social problems makes us think in news ways to act on the territory, ways to promote Local Development (LD). Social and Solidarity Economy (SSE), with it's concern of solving social problems, is connected with the issue of Local Development. This economy has progressively taken a role in the civil society's, having the capability to provide for it's needs. The work here presented pretends to analyse which are the contributes from Social Solidarity Economy for the Local Development. The analysis on the interconnection between concepts, is made through the intervention study performed by an SSE entity in Sintra municipality: the Rede Participação Juvenil de Sintra. The methodology chosen was realistic evaluation approach. The reflection on the conditions in which it is possible to drive the change is what guides this work, which intends to highlight the discussion on the necessary changes to the current public policies and intervention of the municipalities.

Key words: Social and Solidarity Economy, Local Development, Realistic Evaluation, Municipalities

JEL: R58 Regional Development Planning and Policy; O22 Project Analysis

Índice

Contexto do Problema.....	1
Parte I. Conceitos	4
1. Economia Social e Solidária	4
1.1. A pioneira Economia Social.....	4
1.2. A emergente Economia Solidária.....	6
1.3. A preocupação com o território.....	9
2. Desenvolvimento Local.....	11
2.1. Crescimento económico vs. Desenvolvimento.....	11
2.2. Conceito de Desenvolvimento Local.....	14
2.3. Contributos do Desenvolvimento Comunitário.....	19
Parte II – Análise de um caso concreto	22
3. Metodologia	22
3.1. A “avaliação realista”: porquê?	22
3.2. A “avaliação realista”: como?	24
4. Rede Participação Juvenil de Sintra.....	28
4.1. História, Visão e Missão.....	28
4.2. Caracterização do território de intervenção.....	32
5. Análise das informações recolhidas.....	34
5.1. Apresentação e discussão dos resultados.....	34
5.2. Contributos para o Desenvolvimento Local	39
Conclusão	45
Bibliografia.....	49
Anexos.....	52

Índice de Figuras

Figura I.1.1 1 - A Economia Social em Portugal	6
Figura II.5.3 1 - Freguesias do concelho de Sintra.....	32
Figura III.5.3 2 - População residente em idade ativa: total e por grupos etários.....	33

Índice de Quadros

Quadro I.5.3 1 - População residente em idade ativa: total e por grupos etários.....	33
--	----

Contexto do Problema

A sociedade atual depara-se com crescentes e complexos problemas sociais. Assistimos ao fenómeno do desemprego, do abandono escolar, da poluição, entre outros, que colocam desafios prementes às políticas públicas.

Desafios a que é necessário dar resposta. Uma “outra economia”, a Economia Social e Solidária (ESS), tem assumido este compromisso. O conceito diz respeito a iniciativas da sociedade civil para dar resposta às necessidades sentidas pela própria. Iniciativas quer formais como informais. Na opinião da autora a intervenção por parte da ESS pode determinar o desenvolvimento de um território, o “Desenvolvimento Local”.

O Desenvolvimento Local (DL) como conceito procura dar resposta às necessidades sentidas pela comunidade (pobreza e exclusão social, sustentabilidade ambiental, etc.) partindo das contribuições da própria. Os vários atores sociais articulam entre si, considerando e analisando a especificidade do território e os seus recursos, e valorizando o contributo da população residente, para o desenvolvimento do seu território.

Temos assistido a vários projetos que procuram estes objetivos. Muitos deles iniciativa primordial da designada Economia Social e Solidária, que em Portugal assume um papel crescente.

A presente dissertação procura conhecer a interligação existente entre Economia Social e Solidária e Desenvolvimento Local. Para o efeito irá desenvolver um estudo de caso, o caso da “Rede Participação Juvenil de Sintra”, associação que tem como objetivo melhorar a comunicação e a informação entre atores no domínio da juventude ativos no concelho de Sintra. Iremos analisar o “porquê?” e o “como?” deste projeto, de forma a enaltecer o debate sobre os contributos que a Economia Social e Solidária pode ter para o Desenvolvimento Local. Consequentemente enaltecer o debate sobre as alterações necessárias às atuais políticas públicas e mudança na intervenção dos próprios municípios.

Deste modo o presente trabalho tem a seguinte questão de partida: Quais os contributos da Economia Social e Solidária para o Desenvolvimento Local?

A presente dissertação divide-se em duas partes. A Parte I, “Conceitos”, concerne ao desenvolvimento teórico-conceitual necessário à compreensão da temática. Serão analisados os conceitos de: Economia Social e Solidária e Desenvolvimento Local.

A Parte II, “Análise de um caso concreto”, diz respeito à parte empírica deste trabalho. Inclui a apresentação da abordagem metodológica desenvolvida e a apresentação da associação RPJS (Rede Participação Juvenil de Sintra).

A autora escolheu a RPJS como entidade da ESS para abordar devido: à proximidade geográfica da associação com a sua área de residência; à área de intervenção do projeto- o concelho de Sintra- no qual reside e exerce funções como Técnica Superior de Serviço Social numa autarquia; ao seu interesse pessoal de incidir a sua investigação na área da juventude. Foi através da rede social Facebook que a autora conheceu a RPJS. O contacto com jovens e a aplicação de metodologias de intervenção inovadoras despertou a sua curiosidade. A autora acredita que é dando voz à população que é possível o progresso. O facto de esta dinâmica ser tão clara na intervenção da RPJS foi sem dúvida a matéria substantiva que levou à decisão final de escolher a Rede Participação Juvenil de Sintra como estudo de caso.

A abordagem de “avaliação realista” foi a escolhida como abordagem metodológica para responder à questão de partida. O interesse da autora é poder conhecer o “porquê?”, o “como?”, e as “lições a transferir” do projeto. Pretende-se tomar conhecimento das necessidades que levaram à criação da RPJS, das atividades desenvolvidas para prosseguir os objetivos, da metodologia usada, do tipo de relação desenvolvida com os jovens e consequentemente do efeito dessa relação e intervenção sobre os mesmos, das dificuldades sentidas. Perceber o efeito líquido, ou seja, o que é que com a intervenção da RPJS mudou que não teria mudado se não fosse esta? E mesmo que o projeto finde queremos perceber o que podemos aprender. A autora acredita que é necessário dar voz aqueles que “estão no “terreno”. O objetivo é, através de entrevistas com os técnicos responsáveis e com os jovens beneficiários, refletir sobre os contributos da RPJS, como entidade da ESS, para o Desenvolvimento Local.

Pretende-se perceber as relações que se estabelecem dentro e fora da associação RPJS que permitem interligar os conceitos de Economia Social e Solidária e Desenvolvimento Local. Interligações que nos permitem aprender, atuar contra os diversos problemas sociais, desenvolver o nosso território. Para este desafio, este estudo de caso, considera-se que será necessário efetuar entrevistas semi-diretivas a 2 responsáveis pelo projeto, conhecer ‘Histórias

de Vida’, entrevistando 2 jovens beneficiários, e dinamizar um “Focus Group”, para perceber, como é que em grupo, os jovens percecionam o projeto. O “porquê?”, o “como?”, e as “lições a transferir” serão sempre os guias destas técnicas.

A pertinência deste estudo é, para além de, pessoal conforme já referido, também científica, social e política.

Ao nível académico já são vários os documentos produzidos à luz do objeto de investigação da Economia Social e Solidária e do Desenvolvimento Local. Não obstante, na perspetiva da autora, é pertinente continuar a explorar literatura e metodologia dentro deste âmbito. Os conceitos, á semelhança da sociedade, evoluem, pelo que é necessário continuar a investir e explorar os mesmos. Para além dos conceitos, explorar também abordagens metodológicas capazes de dar resposta às preocupações atuais. Há necessidade de explorar a abordagem de “avaliação realista” e os seus contributos face à sua pertinência perante outras, segundo a perceção da autora.

Perante a sociedade atual, a pertinência social do tema torna-se deveras pertinente, se é permitida a redundância. Face à complexidade dos vários problemas sociais a sociedade é constantemente colocada à prova quanto à sua capacidade de se adaptar e reagir. Deste modo é pertinente perceber como é que a ESS atua e os seus contributos para o Desenvolvimento Local.

No quadro político, envolvido por inúmeros desafios, torna-se importante debruçar alguma atenção sobre as iniciativas da sociedade civil implementadas para dar resposta a necessidades sentidas pela própria. Cabe ao nosso Governo, aos políticos e legisladores, ter conhecimento desta realidade, e apoiar e fomentar a Economia Social e Solidária. Não se trata de substituir o Estado, o Estado Social, mas de estabelecer uma relação de proximidade e complementaridade com o mesmo. Não é possível desvalorizar a pertinência da ESS, sendo necessário envolver as diversas partes interessadas para poder gerar impacto e mudança.

Parte I. Conceitos

1. Economia Social e Solidária

1.1. A pioneira Economia Social

A Economia Social é historicamente um conceito mais antigo do que o conceito de Economia Solidária. Segundo Álvaro Garrido (2016: 17,36) foi nas décadas de oitocentos, do século XIX, que a Economia Social se afirmou como ideia nova, alternativa ao capitalismo. Para a sua afirmação foram marcantes dois episódios: a revolução industrial e a revolução francesa, pois foi neste quadro que surgiram 2 grandes problemas: a questão social (exploração do trabalho, pobres condições de vida, etc.) e a questão política (não democracia).

A Economia Social surge na “(...)ressaca das injustiças sociais da revolução industrial, quando os trabalhadores mais desfavorecidos tentaram encontrar formas de reagir ao mercado, criando uma economia da entreadajuda e de cooperação. É quando surgem as cooperativas, as mutualidades, as associações.” (Amaro, 2005: 4). Estas, em conjunto com as fundações, são as quatro formas jurídicas em que se constitui a Economia Social.

A Economia de Mercado teve a tendência para extinguir os outros princípios e definir-se como “A Economia” desenraizando-se dos seus contextos substantivos (Polanyi, 2000). Polanyi distingue quatro princípios de comportamento económico, a reconhecer (Filho e Laville, 2004: 7): a domesticidade, a reciprocidade, a redistribuição e o mercado. A domesticidade e a reciprocidade formam a esfera não monetária da Economia, e a redistribuição e o mercado formam a esfera mercantil da Economia.

A domesticidade é relativa à produção para satisfação de necessidades no domicílio. Restringe-se a um grupo fechado, a uma unidade, como por exemplo o agregado familiar. A reciprocidade corresponde à relação entre várias pessoas, por meio de dádivas. A redistribuição concerne à distribuição da produção, de recursos, por parte de uma autoridade, designadamente o Estado. O mercado é o local onde se encontra a oferta e a procura de bens e serviços com vista a troca (Filho e Laville, 2004: 32-33).

Destes destaca-se a reciprocidade. É o grande princípio diferenciador desta Economia. É necessário reconhecê-lo, pois assume um papel de peso nas sociedades contemporâneas. O apoio mútuo praticado entre colegas de trabalho, de estudo, etc., pode manifestar-se em apoio

financeiro para dar suporte na altura do nascimento de um filho, ou na perda de um familiar próximo, mas ainda em troca de serviços como o cuidado e transporte das crianças, entre outros. Tais práticas tradicionais são importantes pelas necessidades materiais que satisfazem, mas também pelos laços de solidariedade que criam e reforçam. Não há uma troca financeira, mas há necessidades sentidas que estão a ser colmatadas. São formas de distribuir riqueza constituídas pelos circuitos não mercantis da Economia (Filho e Laville, 2004: 7,17).

Segundo Roque Amaro (2016) a Economia Social tem na sua origem três projetos: económico como meio (através das atividades de produção, distribuição, consumo e acumulação); social como fim (prossegue a minimização dos problemas sociais, luta contra a pobreza, etc.); e político como organização (promove uma gestão interna democrática).

A Economia Social segue os seguintes princípios (Rochdale Pioneers Museum, s.a.):

- primado do interesse comum e do interesse geral;
- a não prossecução do lucro como fim;
- primado das pessoas sobre o capital;
- princípio da gestão democrática;
- autonomia face ao Estado;
- adesão voluntária.

Segundo Jacques Defourny (2009: 157-158) pode definir-se Economia Social através das formas (formas jurídicas) ou do conteúdo (princípios), conforme supramencionado.

Apesar de não haver consenso ao nível académico e no plano científico, em Portugal, o conceito de Economia Social obteve consenso ao nível político. A Lei n.º 30/2013 de 8 de maio, a Lei de Bases da Economia Social, “estabelece, no desenvolvimento do disposto na Constituição quanto ao sector cooperativo e social, as bases gerais do regime jurídico da economia social, bem como as medidas de incentivo à sua atividade em função dos princípios e dos fins que lhe são próprios.”. Decreta quais as entidades de Economia Social e os seus princípios orientadores.

É um passo no reconhecimento e valorização desta Economia, que como podemos verificar através do quadro anexo, presente no site institucional da CASES¹ (Cooperativa António Sérgio para a Economia Social), é já representativa no quadro nacional.

¹ <http://www.cases.pt/contasatelitedaes/>

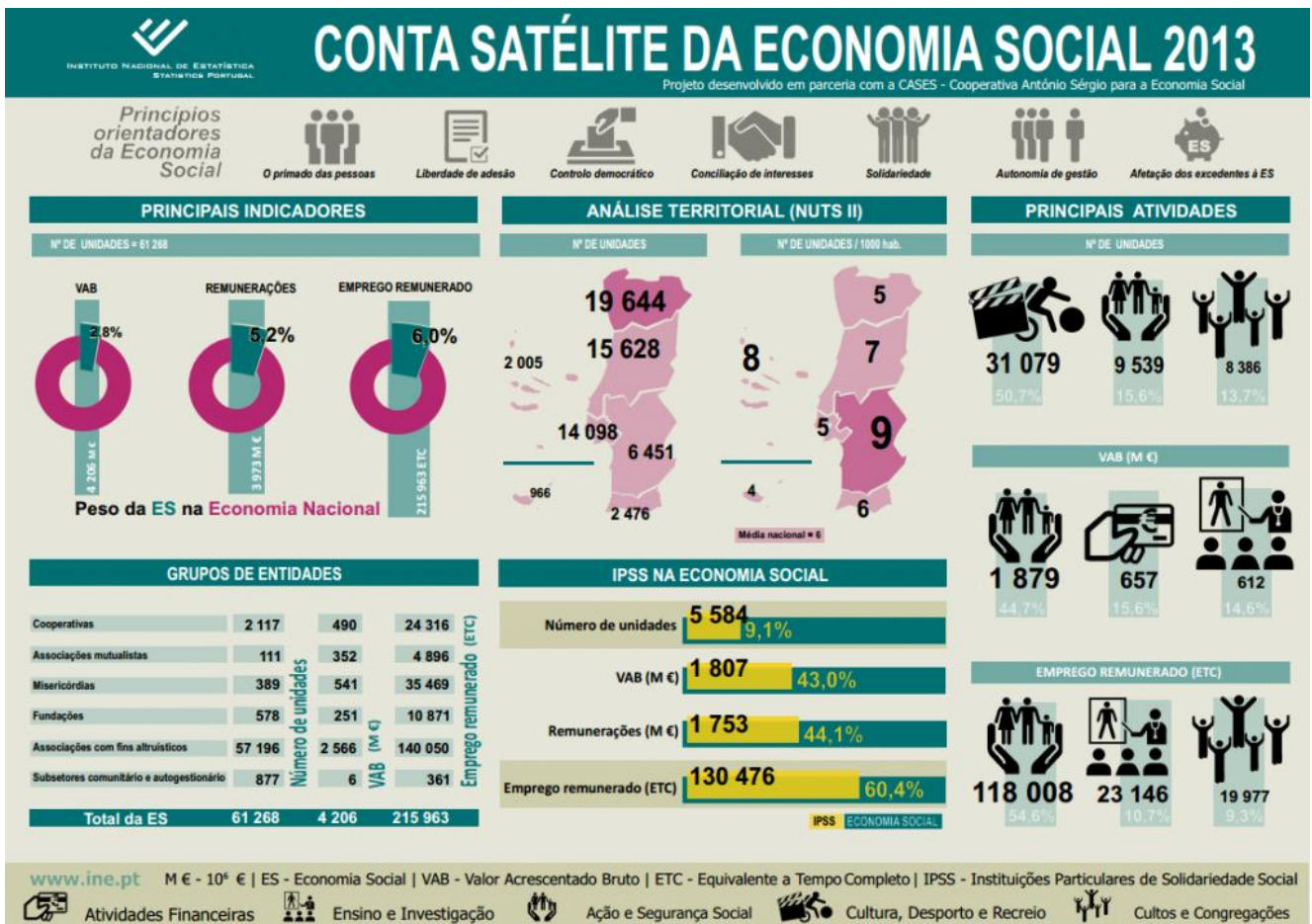


Figura I.1.1 1 - A Economia Social em Portugal

No entanto, este conceito, deixa de fora muitas outras formas que a sociedade civil tem inventariado para dar resposta às suas necessidades. E reveste-se também de muitos desafios na atualidade, tendo em conta os seus princípios originais. Deste modo, surge o conceito de Economia Solidária, a analisar de seguida.

1.2. A emergente Economia Solidária

O conceito de Economia Solidária surge na década de 1990 (Laville e Gaiger, 2009: 162) para dar conta de uma nova realidade.

Desafios ao nível da própria Economia Social, do Estado, e do Mercado originam este facto. Desafios, conforme refere Amaro (2016), que se relacionam diretamente com as ameaças dos últimos 30 anos: crise da democracia representativa (originada pela multiplicação de situações de má-governança” e de corrupção, que se traduz em sinais de descrédito nos políticos, surgimento de manifestações extremistas, etc.), ao agravamento dos problemas sociais

(envelhecimento e exclusão dos mais velhos, drama dos refugiados, aumento das desigualdades, aumento do desemprego, empobrecimento das classes médias, aparecimento de novas formas de pobreza, etc.) e problemas culturais (tendência para o etnocentrismo, ou seja, para a discriminação, intolerância, extremismos, etc.). Genauto Filho e Jean-Louis Laville confirmam (2004; 8,9,21).

Perante estes desafios e o perigo de isomorfismo da Economia Social- “(...) economia social ... altamente institucionalizada durante o transcurso do século XX – seu papel praticamente limitando-se aquele de um apêndice do Estado.” (Filho e Laville, 2004: 178) - surge uma alternativa. Fala-se segundo alguns autores de uma “nova economia social” ou uma “economia solidária” emergente (Defourny, 2009: 159).

Segundo Roque Amaro (2005: 4) a expressão Economia Solidária corresponde à constatação de uma necessidade: a de renovar a “velha” Economia Social, que já se destinava, no seu objetivo primordial, a responder a problemas sociais. “A nova economia social é mais económica. Embora não fazendo disso o seu objectivo principal, aceita que em determinadas circunstâncias possa ter lucro como meio para manter os seus objectivos. E deste ponto de vista, não pode ser só social, tem de ter em conta o mercado, os critérios de gestão; tem de ser mais eficiente, sem perder o social; passou a ter outras preocupações, com o património, o ambiente, a preservação do espaço rural, as novas formas de turismo, os serviços de proximidade...” (idem). Rogério Roque Amaro, refere que a Economia Solidária é a filha da Economia Social, a partir das experiências dos Açores e outras no resto de Portugal (Estivill, 2009: 103).

Esta “outra economia” (Cattani et al., 2009), a Economia Solidária, surge assim na fase neoliberal do capitalismo, a partir dos anos 80 do séc. XX (últimos 30 anos). Conforme confirma Rogério Roque Amaro (2009:11-29) materializa-se em 3 versões: Ibero-americana/latino-americana, Francófona e Macaronésia (sendo que a África se encontra na frente de linha, com enorme potencial, podendo vir a constituir uma própria versão). Não obstante as diferenças que existam entre as diferentes versões é possível encontrar uma identidade comum. Segundo Jané (2010: 26) a Economia Solidária pode definir-se como:

“(…)el conjunto de prácticas económicas, es decir, de atos de producción, comercialización, consumo y crédito que persiguen la satisfacción de necesidades en vez del lucro y que se rigen por los valores de cooperación, solidaridad, democracia, igualdad y sostenibilidad.”

Tais práticas não se cingem apenas a organizações formais, às formas jurídicas consideradas pela Economia Social, mas igualmente a atividades informais desenvolvidas pela sociedade civil (Garrido, 2016: 39). As formas assumidas por esta Economia variam de acordo com as diferentes regiões e países: passa por bancos populares, clubes de troca, cooperativas sociais, empresas sociais, entre outras. O termo, não consensual, procura definir um traço comum entre todas estas iniciativas autónomas com o intuito de produção de atividades económicas, produção distinta à do mercado: a solidariedade presente nessas atividades, que prosseguem objetivos sociais, políticos ou culturais (Filho e Laville, 2004: 15).

Grupos organizados desenvolvem atividades económicas para enfrentar problemas no âmbito da educação, cultura, meio ambiente, etc., procurando causar impacto na vida local (idem: 18-19): “As soluções originais para os problemas sociais, geradas através das mais diversas formas de economia solidária, devem ser apoiadas e preservadas enquanto formas inéditas de ação pública, a fim de estimular e fomentar a inventividade e criatividade da própria sociedade.” (idem: 183).

Pode afirmar-se, segundo Jordi Estivill (2009: 103), com base nas contribuições de Jean-Louis Laville, que há uma economia capitalista de mercado baseada na obtenção de lucro, uma economia pública, baseada na redistribuição, uma economia doméstica centrada na doação e uma “outra economia” articulada em torno da solidariedade. A Economia Solidária é um híbrido desta diversidade de economias, que revitaliza a democracia supondo novas formas de participação e projeção política.

Segundo Genauto Filho e Jean-Louis Laville (2004: 166-169) a Economia Solidária apresenta cinco traços característicos:

- pluralidade de princípios económicos (as fontes de recursos variam entre mercado [venda ou prestação de serviços], redistribuição [subsídios oriundos de instituições governamentais ou não governamentais], e reciprocidade [trabalho voluntário, dádivas, etc.]);
- autonomia institucional (independência das iniciativas face ao controlo de alguma entidade/instituição, autonomia de gestão);

- democratização dos processos decisórios (mecanismos de decisão interna coletivos, participação democrática dos associados);
- sociabilidade comunitário-pública (há uma sociabilidade singular, uma mistura de padrões comunitários de organização e de relações sociais com práticas profissionais);
- finalidade multidimensional (ao lado da dimensão económica há uma dimensão social, cultural, ecológica e política).

1.3. A preocupação com o território

O conceito de Economia Social surge numa época diferente do conceito de Economia Solidária. Segundo a perspectiva de Rogério Roque Amaro esta última é vista como uma nova fase da primeira, que dá conta de novas realidades, novas experiências, e se adapta tendo em conta os desafios da pioneira Economia Social.

No entanto é possível constatar que Economia Social e Economia Solidária tem os seguintes pontos em comum, segundo Amaro (2016):

- três projetos (social, económico, político);
- princípios da reciprocidade, solidariedade e democracia participativa;
- resposta a desafios do Estado e Mercado;
- visão substantiva da Economia;
- princípios de Rochdale.

Havendo uma linha transversal entre ambos os conceitos para o desenvolvimento do presente trabalho será usada a noção de Economia Social e Solidária. Conforme refere Henriques (2010: 96) é uma forma de delimitar o conjunto de contributos existentes.

A Economia Social e Solidária, na sua preocupação em resolver questões sociais, surge interligada com a questão do Desenvolvimento Local: “A componente território entrou fortemente na nova economia social, sendo um dos seus elementos fundamentais. Embora existam formas da nova economia social que não se referem ao território, há uma corrente importante da nova economia social que surge ligada ao Desenvolvimento Local (DL), onde a criação de emprego surge como uma componente importante, assim como a defesa da cultura e do património.

É a partir dos anos 80 que o conceito de Economia Social volta ao debate, nomeadamente pela tomada de consciência da amplitude dos vários problemas sociais, como a pobreza e a exclusão social, e necessidade de os enfrentar. Esta tomada de consciência e amplitude está relacionada com os seguintes fatores (Amaro, 2009: 19):

1. “A abertura política e de consciência cívica, permitida pela Revolução de 25 de Abril de 1974 em Portugal;
2. O agravamento da situação socioeconómica, nos finais da década de 70 e princípios da de 80, após a “euforia” do período revolucionário (1974-75), em ligação com o agravamento do contexto económico mundial, pautado pelas crises do petróleo de 1973 e 1879-80 e pela crise do endividamento externo generalizado entre os países importadores de petróleo, obrigados a estabelecer acordos de estabilização económica com o FMI (entre os quais Portugal, entre 1978 e 1983);
3. A influência decisiva, na tomada de consciência destes problemas e na adopção de novas perspectivas de intervenção, dos Programas Europeus de Luta Contra a Pobreza (PELCP), estabelecidos pela União Europeia”.

Mas conforme revela o autor (idem: 20-21) a constatação destes problemas representou também a descoberta de oportunidades, particularmente as proporcionadas pela entrada de Portugal, em 1986, na atual União Europeia. Este facto permitiu o contacto com experiências e métodos de intervenção inovadores na luta contra os problemas sociais e permitiu o acesso a fundos comunitários para as diversas ações e projetos de intervenção em áreas específicas.

A este nível, Portugal assistiu a um “(...) crescente número de projectos e iniciativas dos anos 80 para cá, na sua maioria financiados pela UE.” (Amaro, 2005: 4).

Hoje, mantém-se esta necessidade. Conforme revela Henriques (2010: 84) a expressão da crise do sistema financeiro internacional começou a evidenciar-se em 2008 e veio acentuar a complexidade dos problemas contemporâneos da pobreza. “Com a crise torna-se cada vez mais evidente a ausência, insuficiência ou desadequação das medidas correntes de política pública neste domínio” (idem: 107).

“Millions of people around the world live in precarious conditions, excluded from employment, education, social and health services. To combat exclusion and poverty, an important number of initiatives are being carried out at local level” (Henriques, 2006: 223).

As organizações da Economia Social e Solidária podem “estimular o envolvimento alargado dos agentes sociais em estratégias de desenvolvimento de base territorial (desenvolvimento local), com base na percepção explícita da respectiva interdependência e com base na percepção relativa à diversidade espacial e à especificidade local das possibilidades de acção.” (Henriques, 2010: 109).

Diferentes tipos de iniciativas estão a surgir em volta de “visões” de futuros desejáveis (Henriques, 2006: 294). A preocupação e compromisso assumido pela Economia Social e Solidária neste sentido leva-nos ao presente trabalho.

2. Desenvolvimento Local

2.1. Crescimento económico vs. Desenvolvimento

O conceito de Desenvolvimento está vulgarmente associado ao período de crescimento económico que sucedeu a Segunda Guerra Mundial. A intenção dos países era, para além da independência política, atingir riqueza e prosperidade. No entanto, segundo Rogério Roque Amaro (2003: 4-5) apesar do conceito só ter ganho estatuto científico a partir deste período, as problemáticas da mudança, progresso, bem-estar, riqueza, ou mesmo explicitamente do Desenvolvimento, surgiram muito antes, em vários campos disciplinares.

A formulação e conteúdo do conceito em muito se baseou na experiência histórica dos países europeus considerados desenvolvidos, com sociedades industriais e de abundância, sociedades industriais estas que foram fortemente influenciadas pela Revolução Industrial e Revolução Francesa. Deste modo nos primeiros 30 anos após a Segunda Guerra Mundial o Desenvolvimento assentou nalguns dos seguintes mitos (idem: 7-8):

- Economicismo – o crescimento económico é a condição necessária e suficiente para o Desenvolvimento;
- Quantitativismo – valoriza-se a quantidade em vez da qualidade;
- Industrialismo – só se atinge Desenvolvimento através deste modelo;
- Tecnologismo – progresso tecnológico como a verdadeira solução para o crescimento económico e, por conseguinte, para o Desenvolvimento;
- Urbanicismo – mito da superioridade do “urbano” sobre o “rural”;

- Antropocentrismo – valorização do Homem colocando-o acima de outros seres vivos e da natureza.

Devido ao facto de se considerar crescimento económico e Desenvolvimento sinónimos, os indicadores de crescimento económico (processo contínuo de produção de bens e serviços) serviam para aferir e qualificar o nível de Desenvolvimento dos países.

Conforme Amaro (2003: 9-10) durante os designados “30 gloriosos” assistiu-se a um grande aumento da produção e do conseqüente consumo de bens e serviços, permitindo uma melhoria geral do bem-estar material das sociedades onde ele ocorreu; uma melhoria muito nítida dos níveis de escolarização, com recuo acentuado das taxas de analfabetismo; uma melhoria generalizada e clara das condições de saúde, expressa nomeadamente na diminuição radical das taxas de mortalidade infantil e no aumento considerável da esperança média de vida; os avanços extraordinários verificados em vários domínios científicos; as novas oportunidades de conforto na vida em geral.

Em contrapartida, também se detetou: a não generalização dos progressos assinalados na alínea anterior, uma vez que eles se concentraram em 1/3 da população mundial e marginalizaram os outros 2/3; a persistência de fracas condições de vida e carência absoluta em muitos dos países do Terceiro Mundo, em áreas vitais do Desenvolvimento e para as quais já existem soluções (taxas de analfabetismo elevadas, fome e subnutrição, doenças para as quais já se dispõe de cura, baixa esperança de vida à nascença); aumento de situações-problema como a solidão, a insegurança, a quebra dos laços comunitários, as desestruturações e conflitos familiares, o individualismo, o stress afetivo e profissional, a competição agressiva, as novas formas de pobreza e exclusão social...; a constatação de que ao Desenvolvimento esteve associado uma profunda degradação da Natureza; o aparecimento de novas doenças públicas (HIV-SIDA, Hepatite); a desumanização do trabalho; o desencadeamento de intolerâncias religiosas e culturais radicais, etc. (idem).

Deste modo o crescimento económico não foi em si sinónimo de Desenvolvimento e bem-estar. Por conseguinte, nos finais dos anos 60, início dos anos 70 começou a alterar-se a abordagem ao conceito e vão surgindo seis novas abordagens (Amaro,2003: 13-18): Desenvolvimento Sustentável; **Desenvolvimento Local**; Desenvolvimento Participativo; Desenvolvimento Humano; Desenvolvimento Social; Desenvolvimento Integrado.

Em síntese:

- Desenvolvimento Sustentável - processo de satisfação de necessidades atuais que não põe em causa a satisfação de necessidades das gerações futuras;
- **Desenvolvimento Local** - processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo aquela o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspetiva integrada dos problemas e das respostas;
- Desenvolvimento Participativo - processo de adoção de uma metodologia participativa nos processos de mudança e de melhoria das condições de vida das populações, desde a conceção e decisão à avaliação, passando pela execução, direção e acompanhamento, implicando a afirmação plena da cidadania, nos seus direitos e deveres;
- Desenvolvimento Humano - processo de aumento das escolhas das pessoas, que lhes permitam levar uma vida longa e saudável, adquirir conhecimento, ter acesso aos recursos necessários para um nível de vida digno, enquanto os preservam para as gerações futuras, proteger a segurança pessoal e alcançar a igualdade para todas as mulheres e homens;
- Desenvolvimento Social - processo de garantia de condições sociais mínimas, bem como de promoção da dimensão social do bem-estar, por parte dos responsáveis dos vários países e organizações internacionais;
- Desenvolvimento Integrado - processo que conjuga as diferentes dimensões da vida e dos seus percursos de mudança e de melhoria, implicando, por exemplo: a articulação entre o económico, o social, o cultural, o político e o ambiental; a quantidade e a qualidade; as várias gerações; a tradição e a modernidade; o endógeno e o exógeno; o local e o global; os vários parceiros e instituições envolvidas; a investigação e a ação; o ser, o estar, o lazer, o criar, o saber e o ter (as dimensões existenciais do desenvolvimento); o feminino e o masculino; as emoções e a razão, etc.

Na opinião de Rogério Roque Amaro (2003: 62) “o conceito de Desenvolvimento, como foi renovado nos últimos 30 anos, apresenta potencialidades (...) é multidimensional e, portanto, integrado; valoriza capacidades e o *empowerment*, facilitando a coesão social; assenta na participação; permite o multiprotagonismo, e, por isso, estimula as parcerias; visa a interdependência ambiental; é multiterritorial; promove a diversidade.”

Abordaremos de seguida, com mais detalhe, o conceito de Desenvolvimento Local pela sua pertinência no que concerne às alterações no território e envolvimento da comunidade neste processo.

2.2. Conceito de Desenvolvimento Local

O conceito de Desenvolvimento Local diz respeito a um processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo aquela o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas (Amaro, 2003: 13-18). Como conceito, refere Rogério Roque Amaro (2009a: 110), teve a sua afirmação científica a partir dos finais dos anos 1970 e o seu reconhecimento político-institucional a partir dos anos 1990.

Segundo o autor corresponde a diversas iniciativas locais nas quais os atores envolvidos tentam encontrar respostas para os problemas sentidos, sejam eles económicos, sociais, culturais e/ou ambientais. Destaca que o Desenvolvimento Local não é uma decomposição do Desenvolvimento Regional, nem este, por sua vez, do Desenvolvimento Nacional. Trata-se, sim, de uma outra perspectiva, além destas, que se centra na comunidade local e no seu território.

“Moreover, ‘local development’ cannot be considered coincident with ‘regional development’, not only because of the smaller scale generally involved, but also because within the regional boundaries — corresponding in general to a politicoadministrative institution — localities are characterized by diverse geographical and socio-economic conditions.” (Zanon, 2014: 336).

O Desenvolvimento Local está assente em três ideias (Amaro, 2009a: 109):

- o diagnóstico das necessidades das comunidades locais deve realizar-se com a participação destas;
- a resposta a essas necessidades deve basear-se na utilização dos recursos e capacidades da própria comunidade;
- os problemas e as soluções devem ser abordados de forma integrada, conjugando as suas várias componentes e áreas de intervenção (alimentação, educação, saúde, emprego, rendimento, cultura, etc.).

Na base destas ideias está o paradigma “territorialista”. É a partir de 1970, após os 30 “anos dourados”, com a emergência de várias crises e “falhas”, como já fora falado no capítulo 1, que este surge, como paradigma alternativo ao modelo “funcionalista”, predominante até então.

O paradigma “funcionalista” não considera relevante a participação das comunidades locais no processo de desenvolvimento. Assume que os impulsos básicos deste processo têm origem na esfera económica, à escala nacional e internacional, de “<<fora para dentro>> e de <<cima para baixo>>” (Henriques, 1990: 82-83).

Pelo contrário o paradigma “territorialista” reconhece que os impulsos necessários para o processo de desenvolvimento ocorrem “<<de baixo para cima>>, de <<dentro para fora>>”, ou seja, é valorizado o papel das comunidades locais na mobilização dos recursos disponíveis (idem).

Conforme refere Amaro (2009a: 112), o paradigma “territorialista” define Desenvolvimento Local a partir de 10 atributos:

- “a) um processo de mudança, levando à melhoria do bem-estar e das condições de vida da população;
- b) centrado numa comunidade territorial de pequena dimensão, definida pela existência (real ou potencial) de uma identidade comum, capaz de mobilizar solidariedades de acção (colectiva) e com pretensões a uma autonomia de afirmação do seu destino;
- c) que tem como uma das suas motivações fundamentais a resposta a necessidades básicas da comunidade que estão por satisfazer;
- d) a partir essencialmente da mobilização das capacidades locais;
- e) o que implica a adopção de metodologias participativas e de *empowerment* da comunidade local (do ponto de vista individual e colectivo);
- f) contando também com a contribuição de recursos exógenos, capazes de mobilizar e fertilizar os recursos endógenos (e não de os substituir ou inibir);
- g) numa perspectiva integrada, na abordagem dos problemas e das respostas;
- h) o que exige uma lógica de trabalho em parceria, ou seja, de articulação dos vários actores, protagonistas e instituições locais ou a trabalhar no local;
- i) com impacto tendencial em toda a comunidade;
- j) e segundo uma grande diversidade de processos, dinâmicas e resultados.”

Conforme refere Henriques (2007: 145) os problemas sociais contemporâneos como o desemprego, a pobreza, entre outros, tornam-se complexos e manifestam-se de formas

diferentes de acordo com o território. A sua superação implica mudanças nos contextos onde acontecem. Nesse sentido o Desenvolvimento Local é hoje um tema central na luta contra os problemas sociais e promoção de condições de vida.

“A capacidade de iniciativa e de organização de base territorial torna-se imprescindível para a mobilização do “potencial endógeno” ao conjunto das comunidades locais, tendo em vista o esforço coletivo de mobilização integral de recursos para a eficiência económica e para a coesão social.” (Henriques, 2016: 200)

Na Europa, nos anos 90, após o reconhecimento formal do conceito, sucederam-se vários programas de investigação ação, e experimentação para a inovação das políticas públicas, no contexto dos fundos estruturais europeus. Como afirma a Comunicação da Comissão Europeia *Green Paper on Territorial Cohesion: Turning territorial diversity into strength*, datada de 2008, o papel das políticas públicas é ajudar os territórios à correta gestão e afetação dos seus ativos e promover abordagens territorialmente integradas na resposta aos diversos problemas sociais, privilegiando a cooperação entre diversos atores (idem: 202).

É no ‘território’, espaço onde ocorrem relações sociais entre os seus membros, que os problemas sociais ocorrem e é lá que devem ser resolvidos, em proximidade com a população e todas as entidades presentes na comunidade. “O reconhecimento da diversidade espacial e da especificidade local com que as manifestações mais agudas de crise se concretizam em torno de “efeitos de localidade”, concorre para a percepção da inevitabilidade da ação local na resposta aos problemas(...)”(Henriques, 2016: 199).

De acordo com um levantamento de iniciativas de Desenvolvimento Local realizado em 1992 (Amaro et al: 147) os protagonistas e responsáveis das iniciativas são dos mais diversos tipos: associações, atores locais, agentes da Administração Pública Central (serviços desconcentrados como os Centros de Saúde e os Centros Regionais da Segurança Social) ou Administração Pública Local (autarcas e técnicos de autarquias), etc. As iniciativas cobrem igualmente um leque amplo de setores e atividades: agricultura, pesca, artesanato, turismo, comércio, etc.

Outro dado significativo é que todas as iniciativas analisadas beneficiaram, beneficiam ou vão beneficiar de apoios provenientes dos vários programas comunitários ou europeus. Privilegiam ainda uma lógica de “parceria”, envolvendo as diversas entidades locais (associações e organismos locais, bem como serviços e organismos públicos).

Hoje, permanece o mesmo quadro. As iniciativas de Desenvolvimento Local podem ser desenvolvidas por entidades estatais, entidades da Economia Social e Solidária, cidadãos interessados, etc. Iniciativas em diversos âmbitos de intervenção (conforme as necessidades sentidas), com várias fontes de financiamento (de destacar os apoios de fundos comunitários europeus) e que se guiam por uma perspectiva de cooperação e parceria.

Deste modo assistimos a um papel crescente por parte da sociedade civil na luta a favor do desenvolvimento do território e melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Conforme refere Amaro et al. (1992: 158): “É também fundamental passar de uma concepção de Estado-Providência, em que o Estado tem a última palavra e está no topo da hierarquia funcional, para uma outra de Sociedade-Providência, numa lógica de “partenariado”, em que o Estado tem um papel fundamental e insubstituível, é certo, mas funcionando como mais um parceiro de Desenvolvimento, ao lado de outros, com quem estabelece redes de solidariedade, conflito e cooperação, e em que a sociedade civil (o que não é a mesma coisa que o mercado) pode vir a desempenhar um papel cada vez mais importante.”.

Fala-se em governança, que concerne à transição de um modelo que assenta no papel central do Estado, para um alternativo, assente em parcerias e formas de associação entre organizações governamentais e não governamentais. A noção de governança aqui exposta assume a capacidade organizativa de diferentes agentes sociais de base territorial (Henriques, 2007: 149-150).

O papel do Estado não pode ser descurado, limitando-se a um mero observador e financiador, diluindo as suas responsabilidades. Não pode ainda, e por outro lado ser, um bloqueador da inovação, em que a falta de autonomia de órgãos desconcentrados não facilita o seu envolvimento em estratégias de desenvolvimento de especificidade local (idem: 160).

O crescente envolvimento por parte da sociedade civil nas iniciativas de Desenvolvimento Local, à semelhança do conceito de Economia Social e Solidária, é fruto e reconhecimento, como refere José Manuel Henriques (2006: 206-207) da ausência, insuficiência ou desadequação das respostas estatais aos problemas sociais contemporâneos. É necessária inovação social, ou seja “mudança na conceção, gestão e implementação das políticas públicas (...) ocorre quando novos mecanismos e novas normas contribuem para consolidar e melhorar o bem-estar dos indivíduos, das comunidades e dos territórios em termos de coesão social, de criação de emprego e de qualidade de vida.” (idem).

Essa constatação tem estado na origem da criação de programas experimentais de iniciativa europeia, assentes em “projetos locais” orientados para a experimentação e a dar contributos para as políticas públicas. Podem mencionar-se os programas/iniciativas comunitárias: Pobreza I, Pobreza II, Pobreza III, Leader, Urban, Equal (Henriques 2007: 155). Os programas experimentais procuram aprofundar o conhecimento sobre os problemas e as razões da sua existência/permanência, e contribuir para o conhecimento da ausência, insuficiência ou desadequação das respostas públicas correntes. Através da especificidade local, onde os problemas se manifestam, é possível conhecer as condições que possibilitam a inovação e preparar recomendações para as políticas públicas (idem: 156). É com esta premissa que a abordagem de “avaliação realista” se identifica. Será possível conhecê-la no capítulo 2.

O Desenvolvimento Local é um “projeto de esperança”, capaz de imaginar futuros desejáveis (Henriques, 2006: 296).

“(…)the concept of ‘local development’ has been elaborated in order to support alternative paths. These should be based on the ability of actors to take advantage of the endowment of local resources and the presence of opportunities (of a natural, territorial and social kind) in order to activate (or re-activate) economic processes able to operate in a larger market. In fact, what makes the difference, for a place outside the market’s dynamics, is the ability of local actors to create social networks oriented to development objectives. And these, as will be noted below, cannot be considered only in terms of economic growth.” (Zanon, 2015: 336).

Deste modo, o que determina o Desenvolvimento Local não é unicamente a dinâmica económica de um território, mas a dinâmica social: os vários atores sociais trabalharem para um objetivo comum.

Os diferentes atores, que podem ser classificados em três tipos: autoridades locais, associações sociais e culturais, e entidades com interesses económicos, que operam com diferentes e diversas motivações e objetivos, necessitam de ter um objetivo comum, que reúna os seus esforços. As relações devem ser caracterizadas pela confiança e cooperação, e mais importante que tudo, uma disposição para aprender, e para reagir á mudança inovando nas suas práticas. Um ponto fulcral é a presença de um líder, indivíduo ou grupo, que coordene estes esforços (idem: 339, 341, 343, 355). De acordo com a autora, os municípios podem assumir este papel.

2.3. Contributos do Desenvolvimento Comunitário

Rogério Roque Amaro refere que em 1950 um método alternativo, designado, na altura, por “Desenvolvimento Comunitário”, assente numa perspetiva de valorização das comunidades locais e das suas aspirações e capacidades, passou despercebido à quase totalidade dos autores teóricos do Desenvolvimento. No entanto este “Está seguramente na base da formulação do conceito de desenvolvimento local, a partir dos anos 80” (Amaro, 2009: 111). José Manuel Henriques confirma (2016: 203).

“O Desenvolvimento Comunitário caracteriza-se como uma técnica social de promoção do homem e de mobilização de recursos humanos e institucionais, mediante a participação ativa e democrática da população, no estudo, planeamento, e execução de programas ao nível de comunidades de base, destinados a melhorar o seu nível de vida.” (Carmo, 2001: 4)

Esta forma de intervenção social foi consagrada em 1950 num documento das Nações Unidas intitulado “O progresso social através do Desenvolvimento Comunitário”. As suas raízes estão ligadas ao período entre as duas guerras mundiais. Foi, contudo, depois da segunda grande guerra que o Desenvolvimento Comunitário ganhou destaque no combate a problemas sociais. O conflito da Segunda Guerra Mundial provocou na população comportamentos desviantes que revelaram a necessidade de intervir com um novo sistema capaz de criar sinergias, a partir da cooperação entre o Estado e os limitados meios das comunidades locais. (idem: 5)

Os grandes princípios das estratégias de Desenvolvimento Comunitário são, ainda hoje (Carmo, 2001: 6):

- ✓ **Princípio das necessidades sentidas** - defende que todo o projeto de Desenvolvimento Comunitário deve partir das necessidades sentidas pela população e não apenas das necessidades consciencializadas pelos técnicos;
- ✓ **Princípio da participação** - afirma a necessidade do envolvimento profundo da população no processo do seu próprio Desenvolvimento;
- ✓ **Princípio da cooperação** - refere como imperativo de eficácia a colaboração entre sector público e privado nos projetos de Desenvolvimento Comunitário;
- ✓ **Princípio da autossustentação** - defende que os processos de mudança planeada sejam equilibrados e sem ruturas, suscetíveis de manutenção pela população-alvo e dotados de mecanismos que previnam efeitos perversos ocasionados pelas alterações provocadas;

✓ **Princípio da universalidade** - afirma que um projeto só tem probabilidades de êxito se tiver como alvo de desenvolvimento uma dada população na sua globalidade (e não apenas subgrupos dessa população) e como objetivo a alteração profunda das condições que estão na base da situação de subdesenvolvimento.

Como refere Maria Manuela da Silva, nome de extrema importância no desenvolvimento e operacionalização do conceito de Desenvolvimento Comunitário, o fator de destaque neste modelo de intervenção é a adesão das populações ao processo de mudança e a sua participação efetiva em todas as fases do processo de Desenvolvimento.

É necessário intervir em áreas onde não se assiste Desenvolvimento e ficam mais debilitadas e vulneráveis perante outras. As causas de atraso de algumas regiões em relação ao conjunto podem ser razões de ordem geográfica, económica, histórica e sociocultural e psicológica. É necessário a intervenção de um fator externo para mudar a dinâmica, caso contrário a desigualdade entre regiões poderá agravar-se. Desigualdade ao nível do desemprego, da instrução, do rendimento, etc. (s.a.: 538-539).

Conforme expressa Manuela Silva (s.a.: 541-542) “O facto de blocos habitacionais confortáveis e limpos ficarem desertos por falta de moradores que entretanto se acomodam em buracos ou bairros de lata (exemplo da Itália meridional, do Marrocos francês, etc.) é um exemplo, entre muitos, da carência de eficácia de medidas que não foram acompanhadas por um esforço paralelo da educação (tome-se a expressão no seu sentido lato, de transformação de atitude em face da vida).”

O Desenvolvimento Comunitário parte das necessidades sentidas pela população e no sentido de as colmatar constrói um plano de ação/intervenção, contando desde o seu início com o suporte dos interessados. Vem destacar-se de outros métodos clássicos uma vez que integra a comunidade no processo de Desenvolvimento e gere os recursos existentes. O Desenvolvimento Comunitário prepara uma nova mentalidade favorável ao progresso.

No entanto a par deste modelo são sempre necessárias outras políticas (reformas do regime de propriedade, alargamento e aperfeiçoamento da rede geral de comunicações no País, extensão e aperfeiçoamento do sistema de crédito, incremento da investigação, instalação das grandes indústrias, centrais elétricas, obras de irrigação, etc.). As políticas globais devem aliar-se ao envolvimento e participação das comunidades locais (Silva, s.a.: 544-545).

Para concretizar esta estratégia de intervenção, o Desenvolvimento Comunitário, é necessário seguir um plano constituído pelas seguintes fases (idem: 546-557):

1. Primeira fase — Informação geral e dinamização da coletividade: uma pessoa da região, um líder formal, um órgão da administração, uma associação de carácter social, cultural ou humanitário, uma equipa de técnicos, um centro de investigação, etc., pode desencadear o processo. O primeiro passo consiste em transmitir a ideia da necessidade de participação de todos para a melhoria da sua própria qualidade de vida. Se estamos perante uma população que já possui um desejo latente de progredir, a informação incidirá nas alternativas possíveis para um desenvolvimento efetivo. Se estamos perante uma situação de absoluta indiferença, passividade ou mesmo ceticismo, a informação procurará a iniciativa, despertando o interesse para melhores condições de vida, mostrando como estas poderão tornar-se reais;
2. Segunda fase: Prospeção das necessidades e recursos potenciais: é necessário efetuar-se um correto diagnóstico da situação, que nunca deve ser desenvolvido sem ter em conta a prospeção da comunidade. Procuram-se informações junto dos atores locais e documentos oficiais;
3. Terceira fase: Descoberta e formação dos líderes locais: É possível distinguir entre líderes formais e informais, consoante o papel que desempenha na organização. Apesar da colaboração dos líderes formais ser desejável é com a colaboração dos líderes informais que é preeminente contar, pois estes foram eleitos pela própria comunidade e detém um conhecimento superior da dinâmica da mesma;
4. Quarta fase: Elaboração de um plano: Para dar confiança à população e proporcionar experiência de cooperação começa-se com dois ou três projetos de utilidade indiscutível, de fácil consecução e de resultados visíveis a curto prazo. A realização destes projetos permite que simultaneamente se desenvolva um plano mais vasto e complexo, em que se definem prioridades de intervenção com base nas necessidades previamente definidas e recursos existentes, atividades, responsáveis, etc.;
5. Quinta fase: A avaliação dos resultados: Qualquer projeto necessita inevitavelmente de avaliação de resultados. A avaliação pode ser feita em diversas fases, sendo a mais comum no

termo do projeto, e esta deve incidir não apenas em resultados quantitativos mas igualmente qualitativos, ou seja, analisar o impacto social e as transformações de mentalidade operadas.

O Desenvolvimento Comunitário preocupa-se com a mudança de mentalidades, que se considera fulcral para ocorrer o processo de desenvolvimento. Uma ideia imposta, sem a cooperação e aceitação por parte da comunidade, não terá resultados (Henriques, 2006: 278). É necessária capacidade crítica e ação coletiva (idem: 288).

“Promoting participation, helping people to acquire confidence, skills, knowledge and greater awareness of their life, promoting *empowerment* and effective organization have been major community development contributions to the local development agenda of today.” (Henriques, 2006: 277)

Parte II – Análise de um caso concreto

3. Metodologia

3.1. A “avaliação realista”: porquê?

A Avaliação, como fase integrante de um projeto, permite de uma forma muito geral, aferir se os objetivos inicialmente definidos foram cumpridos. Consequentemente permite corrigir ou melhorar e influenciar decisões futuras.

A “avaliação realista” surge como alternativa aos métodos convencionais de avaliação, muito centrados numa perspetiva antes/depois. Através desta metodologia é possível ultrapassar esse constrangimento, que não permite esclarecer as condições com base nas quais a inovação e o impacto se tornou possível. “O objetivo dos projetos (enquanto projeto) não pode consistir na erradicação do problema mas na identificação do tipo de mudanças de que poderá depender a sua irradicação e inovar nas formas de resposta...” (Henriques, 2003: 88). Deste modo a “avaliação realista” propõe-se a clarificar o “porquê?” do projeto e o “como?” do “efeito líquido”, ou seja, as mudanças que teriam, ou não teriam, ocorrido sem a existência do projeto.

Segundo a abordagem de “avaliação realista: “Os programas não são entendidos como “forças” exteriores mas como “razões” e “recursos” que são tornados disponíveis aos participantes, e que se concretizam através do modo como os envolvidos interpretam o que está em jogo e “escolhem” concretizar os programas e respetivos princípios. Finalmente os programas são o resultado de ação informada e qualificada dos participantes, e não são redutíveis à facticidade dos acontecimentos (realizações físicas, número de horas de formação, etc.). Assim, o objeto da avaliação não poderá ser centrado na análise de comparações antes/depois, mas na análise da natureza e do contexto das interações que tornaram os resultados possíveis.” (idem: 158). Podem ser identificadas condições facilitadoras da mudança e inspirar outras localidades à mobilização (Henriques, 2007: 159).

A “avaliação realista” parte de uma epistemologia realista, introduzindo o domínio do possível. “Não reduz o real ao que existe e procura aprofundar o conhecimento sobre o que existindo poderia não existir e sobre o que (ainda) não existindo poderá existir.” (idem). A realidade e o impacto dos projetos não está apenas no que é observável. Deste modo, para poder detetar potencialidades, bem como fragilidades, nos projetos, é fulcral o envolvimento dos participantes e implicados (decisores, técnicos, beneficiários,...), promovendo um conhecimento “bottom-up”.

Com esta opção a “avaliação realista” permite, através de “projetos locais”, recolher as “lições a transferir” e partir de manifestações locais de problemas para a reflexão das condições de generalização dos resultados alcançados, salvaguardando sempre a especificidade de cada território/comunidade.

“Em síntese, para a “avaliação realista”, programas são entendidos como sistemas sociais cujos resultados só são inteligíveis através da compreensão dos mecanismos subjacentes e dos contextos que os sustentam (...)os programas não são redutíveis à facticidade dos acontecimentos(...)Assim, o objecto de avaliação não poderá ser centrado na análise de comparações antes/depois, mas na análise da natureza e do contexto das interações que tornaram os resultados possíveis.” (Henriques,2003: 94).

A grande pergunta: Qual o potencial para causar mudança?

Conforme refere o autor José Manuel Henriques (2003) os exercícios de avaliação devem orientar-se para o esclarecimento de como os mecanismos de que geram problemas sociais são removidos ou contrariados pelos mecanismos alternativos introduzidos por um projeto.

É neste sentido, e conforme tudo o que fora referido, que a autora desta dissertação irá optar por esta abordagem de avaliação. Pretende perceber o “porquê?” do projeto RPJS, e “como?” este gera mudança, definindo contributos o Desenvolvimento Local, e para a intervenção dos municípios.

Os trabalhos de Nick Tilley e Ray Pawson constituem a referência central desta perspetiva.

3.2. A “avaliação realista”: como?

A Rede Participação Juvenil de Sintra foi a associação considerada para desenvolver a abordagem de “avaliação realista”.

Trata-se de um estudo de caso, um estudo detalhado de um exemplo singular, para providenciar informação de confiança e contribuir para o desenvolvimento científico. É a proximidade com o caso, com situações na vida real, que permite gerar conhecimento (Flyvbjerg, 2006: 223).

Conforme Bent Flyvbjerg (idem: 242): “Good social science is problem driven and not methodology driven in the sense that it employs those methods that for a given problematic, best help answer the research questions at hand.”

Dentro da metodologia qualitativa, a técnica da entrevista, devido à sua singularidade, foi a técnica escolhida para dar resposta à questão de partida.

Foram desenvolvidas entrevistas a 2 técnicos, a 2 jovens beneficiários (‘Histórias de Vida’) e ainda a mais 4 jovens beneficiários (“Focus Group”).

A utilização da entrevista pressupõe que o investigador não dispõe de dados <<já existentes>>, mas que pretende obtê-los (Albarello, 2005: 86).

Para que o interlocutor se exprima o mais livremente possível e forneça as informações mais completas e precisas sobre o assunto tratado é necessário saber conduzir a entrevista: “(...)é importante para o entrevistador surgir como uma pessoa neutra, aberta a todas as opiniões (...) O interveniente não dá a sua opinião, não avalia, não faz sugestões, não vinca um interesse particular por determinadas afirmações do seu interlocutor(...)Escuta, estimula o discurso do seu interlocutor(...)cria um clima de confiança” (Albarello, 2005: 100).

Segundo Albarello (2005: 111-112) existem alguns momentos chave na entrevista:

- Os preliminares - Antes de começar a entrevista, o entrevistador coloca o interlocutor à vontade. Recorda os objetivos da investigação, o modo de seleção dos entrevistados, a duração, o papel do entrevistador;
- O início da entrevista - O entrevistador escolhe uma questão de partida. Esta questão tanto pode abordar o tema em estudo como abordar algo pessoal em relação ao entrevistado. A questão deve ser clara, compreensiva e neutra, que dê o arranque ao entrevistado para organizar o pensamento de acordo com os objetivos pretendidos;
- O corpo da entrevista – O entrevistador escuta o entrevistado e intervém apenas quando necessário para estimular o discurso, orientar para o tema de acordo com o guião de entrevista, para vincar a sua compreensão, etc. O guião enumera as questões das quais o entrevistador procura informações, e essas serão abordadas se a pessoa não o fizer espontaneamente, sendo a ordem das perguntas a que melhor corresponde ao seu discurso. A reformulação para clarificar é importante pois garante que as ideias foram bem compreendidas e facilita a transição para outras questões;
- O fim da entrevista – Pertinente para perguntar ao entrevistado se quer acrescentar algo ao que foi dito, se esteve à vontade, para agradecer a colaboração.

Igualmente importante é a relação entre partes e o local onde é desenvolvida a entrevista: “Sugerimos aqui que não se exagere no carácter formalista e administrativo do inquérito, mas que se instale antes numa atitude de bom senso e verdade.” (Poirier, 1999: 104).

Existem vários tipos de entrevista e de acordo com o pretendido no presente estudo, optou-se pelo desenvolvimento de entrevistas semi-diretivas.

Na entrevista diretiva as questões são idênticas independentemente do entrevistado, existe uma ordem preestabelecida. Na entrevista não diretiva pretende-se que o entrevistado explore de forma livre um determinado tema. A entrevista semi-diretiva situa-se num nível intermédio. O guião permite a diretividade necessária, orientado o discurso do entrevistado para o tema, no entanto é dada liberdade ao entrevistado para articular o seu pensamento: “O papel do entrevistador, numa ótica semi-diretiva, pode ser delimitado nestes termos: segue a linha de pensamento do interlocutor, ao mesmo tempo que zela pela pertinências das afirmações relativamente ao objetivo da pesquisa” (Albarello: 87,88,95).

A história de vida usa a técnica da entrevista semi-diretiva como base (Poirier, 1999: 104). Este método pretende combinar a abordagem biográfica com a temática. São feitos pedidos de informação relativa a elementos concretos da vida do sujeito, mas também à sua maneira de

pensar sobre certos problemas, relações, acontecimentos, etc. (Albarello, 2005: 88, 217, 222). Conforme revela o autor torna-se mais interessante orientar a atenção da entrevista para o nível do simbólico (valores, representações, emoções): “É necessário deixar que cada um relate como vive, na sua especificidade, esse problema e como exprime, o geral através do particular.” (idem: 212). Confirma Bourdieu (1986: 184): “(...) extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospetiva (...) estabelecendo relações inteligíveis (...) entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário.”

O método das ‘Histórias de Vida’ permite reconhecer um valor sociológico no saber individual: “Só pode captar-se o sentido e a função de um facto social através de uma experiência vivida, da incidência desse facto sobre uma consciência individual e, em último lugar, do discurso que permite dar conta dele.” (idem: 210).

Importa ainda reforçar que esta entrevista não pode ser construída a priori. Evolui no decurso da investigação. O guião permite orientar para o objeto de estudo (idem: 214).

Guião que se baseou nas questões iniciais da autora: pretendia-se tomar conhecimento das necessidades que levaram à criação da RPJS, das atividades desenvolvidas para prosseguir os objetivos, da metodologia usada, do tipo de relação desenvolvida com os jovens e conseqüentemente do efeito dessa relação e intervenção sobre os mesmos, das dificuldades sentidas.

Finalmente, decidiu desenvolver-se um “Focus Group”. Um grupo de discussão, com a presença de 4 jovens beneficiários, de modo a perceber como estes percecionam a intervenção da RPJS.

O “Focus Group”, permite através da interação do grupo, a recolha de dados sobre determinado tema. O grupo é a fonte de informação. Neste existe um papel ativo por parte do investigador, que dinamiza e orienta o grupo para dar resposta à questão de partida. Os participantes que o compõem devem ter alguma característica em comum e relevante face ao tema em discussão (Silva, 2014: 177). É necessária a criação de um ambiente confortável que estimule ao interesse e participação do grupo: “À semelhança de outros métodos qualitativos, os “Focus Group” assentam em amostras intencionais (purposive samples), selecionando aqueles participantes que à partida se prevê que gerem discussões o mais produtivas possível.” (idem: 182). O tamanho do grupo, varia. Pode ir entre 4 a 12 participantes.

Os objetivos do “Focus Group” são diversos (Silva, 2014: 178): “(...)obtenção de informação sobre um tópico de interesse; gerar hipóteses de investigação; estimular novas ideias e conceitos criativos; diagnosticar os potenciais problemas com um novo programa, produto ou serviço; gerar impressões sobre produtos, programas, serviços, instituições ou outros objectos de interesse; compreender como os participantes falam acerca de um fenómeno de interesse, o que facilita o desenvolvimento de inquéritos ou de outros instrumentos de investigação de pendor mais quantitativo; e, interpretação de resultados quantitativos obtidos previamente.”.

Deste modo, após a escolha dos entrevistados, dos objetivos do “Focus Group”, bem como das questões a colocar, é necessário escolher o local, acessível, confortável, e que assegure a confidencialidade da informação prestada. Reunidas estas condições de planeamento segue-se a fase de moderação: “a intenção do Focus Group é a de promover auto-revelação entre os participantes (...) o papel do moderador não é o de emitir julgamentos, mas o de questionar, ouvir, manter a conversação no trilho e certificar-se que cada participante tem oportunidade de participar.” (Silva, 2014: 184).

Importa referir relativamente à escolha dos entrevistados (sejam técnicos ou jovens beneficiários): “Nos estudos qualitativos interroga-se um número limitado de pessoas, pelo que a questão da representatividade não se coloca. O critério que determina o valor da amostra passa a ser a sua adequação aos objetivos da investigação tomando como princípio a diversificação das pessoas interrogadas e garantindo que nenhuma situação importante foi esquecida. Nesta ótica, os indivíduos não são escolhidos em função da importância numérica da categoria que representam, mas antes devido ao seu carácter exemplar.” (Albarello, 2005: 103). A questão da amostra não se coloca, pois a seleção dos entrevistados é realizada função da problemática a investigar.

Após a realização destas cinco entrevistas é necessária a análise dos dados. Para a análise, a técnica de análise de conteúdo.

Segundo Poirier (1999: 107) o objetivo é analisar as regularidades das entrevistas, o que é comum nas respostas dos entrevistados. Segundo o mesmo autor (idem: 108, 109) a análise de conteúdo começa por ordenar o material, depois a sua transcrição. Para estabelecer ligações categoriais e comparações nada substitui o texto escrito. Assim, é possível sublinhar, circundar palavras, etc., à medida que se procede a uma leitura atenta. A elaboração de um quadro categorial permite “uma representação simplificada dos dados em bruto.” (Bardin,1977, in

Poirier,1999: 117). A escolha das categorias são responsabilidade do investigador e devem organizar e estruturar o discurso. O investigador tenta identificar a categoria temática em torno da qual há saturação da informação (idem: 118). “É possível, assim, repartir os discursos individuais pelo sistema de categorias e, fazendo-o, preparar a apresentação e a redacção do relatório final. (...) Na prática, juntam-se, para cada uma destas categorias temáticas, os fragmentos com elas relacionados. A soma destes inventários permite reconstituir o universo do discurso e efectuar um resumo horizontal dele.” (idem: 119-120).

Após esta cuidada e minuciosa análise segue-se a discussão dos resultados e a reflexão sobre as principais conclusões.

4. Rede Participação Juvenil de Sintra

4.1. História, Visão e Missão

A Rede Participação Juvenil de Sintra (RPJS) é uma associação sem fins lucrativos. A sua história começa em 2011, como projeto da associação Dínamo. De acordo com o sitio da internet², a Dínamo, como associação não-governamental juvenil sem fim lucrativos, nasceu em Sintra com a missão de promover e melhorar a participação juvenil na sociedade. Trabalha a participação juvenil nas suas diversas dimensões: promove atividades direcionadas aos jovens; apoia os jovens nas suas iniciativas; proporciona oportunidades de aprendizagem em contexto de voluntariado; promove a qualidade da participação dentro das organizações de juventude; apoia a participação dos jovens nos processos de tomada de decisão; fomenta boas práticas e mecanismos de cogestão que envolvam os jovens.

As atividades promovidas pela Dínamo passam por: formações locais, internacionais, residenciais e não-residenciais; iniciativas juvenis ou comunitárias; intercâmbios locais ou internacionais; processos de aprendizagem em contexto de voluntariado local ou internacional; processos de cidadania democrática juvenil; seminários locais, internacionais, residenciais e não-residenciais.

Em 2011, a Dínamo deu início à implementação da sua estratégia para a participação juvenil "Sintra também é Tua!", financiada pela Fundação Calouste Gulbenkian (2011-2016). Neste

² <http://www.dinamo.pt/>

mesmo ano, com o apoio da associação, um grupo de 8 jovens do concelho de Sintra, com o interesse comum de melhorar a(s) sua(s) comunidade(s) fomentando uma participação juvenil ativa, inicia a construção do projeto “Rede Participação Juvenil de Sintra”. O objetivo deste projeto era potenciar a participação juvenil em Sintra, fomentando o envolvimento em atividades voluntárias e facilitando a comunicação e cooperação entre os vários atores no domínio da juventude no concelho.

No dia 26 de novembro de 2011, aconteceu o 1º Encontro da RPJS. Os jovens identificaram obstáculos patentes no território e debateram e apontaram possíveis soluções e caminhos para a participação juvenil em Sintra. O 2º Encontro teve lugar no dia 3 de março de 2012 e foi o momento em que se produziu a Carta de Recomendações referente à participação juvenil no concelho de Sintra. Os dois encontros, que reuniram mais de 100 atores no domínio da juventude, resultaram em trinta e seis recomendações³ nas dimensões de: participação em atividades juvenis; impulsionamento de atividades juvenis; voluntariado; participação dentro das organizações da juventude; participação dos jovens em processos de tomada de decisão.

Em maio de 2012, um novo grupo de 10 jovens do concelho de Sintra, apoiados pela Dínamo, recebeu o testemunho. Após se ter verificado que um dos principais obstáculos à participação juvenil era o desconhecimento das reais necessidades dos jovens do concelho o grupo começa a trabalhar no 1º levantamento de necessidades dos jovens de Sintra. Através de sessões dinamizadas pelo grupo impulsionador em conjunto com a bolsa de formadores da Dínamo, este processo participativo contou com a participação de 8 organizações e mais de 120 jovens e culminou no I Encontro Municipal de Juventude de Sintra a 8 de Julho de 2013, que reuniu mais de 60 jovens, e na apresentação pública do “SMS - Sintra Muda Sintra!”⁴. O documento possui 30 recomendações que partiram deste levantamento de necessidades. Tais recomendações tinham como objetivo ser um guia de ação para os atores sociais do concelho de Sintra, uma inspiração de soluções concretas e diretas para resolver problemas sociais.

O I Encontro Municipal de Juventude de Sintra foi inédito no concelho. Foi um evento impulsionado pelos jovens, pelo designado grupo impulsionador, para chegar a outros jovens. Jovens cujas idades variam entre os 15 e os 35 anos.

Em fevereiro de 2014, inicia-se uma nova fase neste processo, promovido pela Dínamo, com o apoio do Programa Cidadania Ativa, um instrumento de apoio às ONG, financiado pelo

³ <http://www.dinamo.pt/dinamo/edicoes-dinamo/565-carta-de-recomendacoes-da-rede-participacao-juvenil-de-sintra-2012>

⁴ https://issuu.com/dinamo.pt/docs/sms_rpjs_2013

Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (EEA Grants) e gerido em Portugal pela Fundação Calouste Gulbenkian.

Realizam-se o II e III Encontro Municipal de Juventude (2014 e 2015), sessões de capacitação e sensibilização para a cogestão e programas públicos, formações de participação política dirigidas aos jovens, debates em torno de temas relacionados com o *empowerment* dos jovens para a participação política (participação, direitos humanos, cidadania democrática, políticas de juventude, diversidade, aprendizagem intercultural...), entre outros.

Em 2016 a Rede Participação Juvenil de Sintra, toma a decisão de se autonomizar. Deixa de ser um projeto da Dínamo e constitui-se como associação. Tendo em conta os mesmos princípios e objetivos aquando da sua fundação, e toda a sua história e aprendizado, afirma-se como:

“A Rede Participação Juvenil de Sintra é um projeto que pretende melhorar a comunicação e a informação entre atores no domínio da juventude ativos no Concelho”.⁵

A sua **visão**: Inspirar a sociedade para a importância da participação juvenil nas comunidades, aproximando os jovens dos processos de tomada de decisão, privilegiando a cooperação com as várias entidades ligadas à juventude, decisores políticos e poder local.

A sua **missão**: Criação de espaços de encontro, partilha, aprendizagem e desenvolvimento de competências para os jovens, onde haja lugar ao contributo das organizações ligadas à juventude, em prol de uma maior e mais capacitada participação juvenil.

De acordo com os estatutos da associação, a Rede Participação Juvenil de Sintra é vinculada por um conjunto de **princípios** fundamentais:

- a. **Participação democrática**: através da sua atividade a RPJS promove a participação juvenil, contribuindo para o desenvolvimento de competências pessoais que serão transversais na vida do e da jovem. Deste modo, fomentamos o exercício da cidadania e democracia mais participativa;
- b. **Atuação de base local**: a base do trabalho da RPJS tem em consideração especificidades do território, bem como a auscultação dos jovens – das suas necessidades e interesses;

⁵ <http://www.redeparticipacaojuvenil.pt/>

- c. **Horizontalidade:** a RPJS promove a participação em atividades e em processos de tomada de decisão de um modo horizontal, tendo em vista o envolvimento e capacitação dos jovens nos assuntos que aos jovens dizem respeito e/ou são do seu interesse;
- d. **Educação Não-Formal:** os processos de aprendizagem da RPJS têm como base metodologias de Educação Não-Formal. Este processo de aprendizagem social está centrado no aprendiz e a sua participação é horizontal e voluntária;
- e. **Transparência:** todas as atividades, iniciativas e campanhas promovidas pela RPJS são divulgadas nos canais de comunicação da RPJS [site, facebook]. A RPJS procura ainda, através do seu site, promover a transparência municipal, nomeadamente no que concerne ao apoio municipal ao associativismo;
- f. **Não-discriminação:** é assegurada a igualdade de oportunidades e os princípios da não-discriminação em todas as atividades pela RPJS promovidas, bem como no seu funcionamento interno e relações institucionais.

A RPJS persegue os seguintes **objetivos**:

- a. Constituir espaço de diálogo, intercâmbio de posições, pontos de vista e boas práticas entre organizações e pessoas singulares potenciando o trabalho em rede em torno da participação juvenil;
- b. Promover a democracia participativa a nível local, assegurando o *empowerment* político dos jovens;
- c. Aproximar e fomentar o diálogo e a colaboração entre jovens e decisores políticos;
- d. Desenvolver e promover uma consciência para a diversidade entre e para os jovens;
- e. Promover a integração de jovens imigrantes;
- f. Contribuir para o desenvolvimento da qualidade dos sistemas de apoio e suporte ao desenvolvimento de atividades juvenis e a capacidade das organizações que atuem nesse campo;
- g. Promover a cooperação a nível europeu ao nível da participação juvenil;
- h. Assumir-se como um interlocutor junto de entidades públicas e privadas;
- i. Acompanhar e influenciar a adoção e a execução das políticas de juventude ao nível local, regional e nacional;
- j. Promover relações de cooperação local, nacional e internacional com outras redes e estruturas que promovam a participação juvenil, facilitando a incorporação de novos mecanismos e divulgando as práticas desenvolvidas.

4.2. Caracterização do território de intervenção

A Rede Participação Juvenil de Sintra atua no concelho de Sintra. De acordo com o sítio da internet da Câmara Municipal de Sintra⁶, Sintra é após Lisboa, o município mais populoso do país. Por ordem crescente de população residente estes são os municípios mais populosos de Portugal: Lisboa, Sintra, Vila Nova de Gaia, Porto, Cascais, Loures, Braga, Matosinhos, Amadora, Almada e Oeiras.

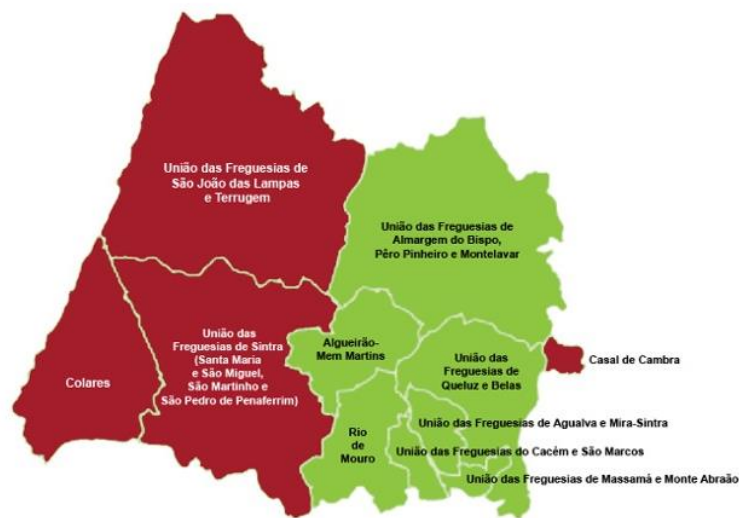


Figura II.5.3 1 - Freguesias do concelho de Sintra

Conforme o diagnóstico social do concelho de Sintra (CMS, 2014) a sua área territorial é de 319 Km² onde residem 377.835 habitantes (4% da população total nacional), distribuídos por mais de 182 mil alojamentos. O município é limitado a norte pelo município de Mafra, a leste por Loures e Odivelas, a sueste pela Amadora, a sul por Oeiras e Cascais e a oeste pelo Oceano Atlântico.

Em Sintra, segundo dados dos censos de 2011 (idem), o número de indivíduos do sexo masculino representa 48% da população e do sexo feminino 52%. No que concerne à estratificação por grupo etário, dos 0-14 anos representa 18%, dos 15 aos 24 anos corresponde 11%, dos 25 aos 64 anos 57%, e dos 65 e mais anos correspondem 14% da população residente.

⁶ <http://www.cm-sintra.pt/concelho/caracterizacao-de-sintra>

Apesar de ocupar o 2º lugar, à frente de Lisboa, na lista dos municípios mais populosos do País, Sintra ganha o primeiro lugar no que diz respeito ao número de jovens entre os 15-24 anos, que corresponde à população-alvo da Rede Participação Juvenil de Sintra.

Territórios		15-24	25-34
Âmbito Geográfico	Anos	2016	2016
Município	Porto	18.957	20.706
Município	Vila Nova de Gaia	32.918	35.502
Município	Lisboa	38.023	50.427
Município	Sintra	43.933	43.897

Quadro I.5.3 1 - População residente em idade ativa: total e por grupos etários

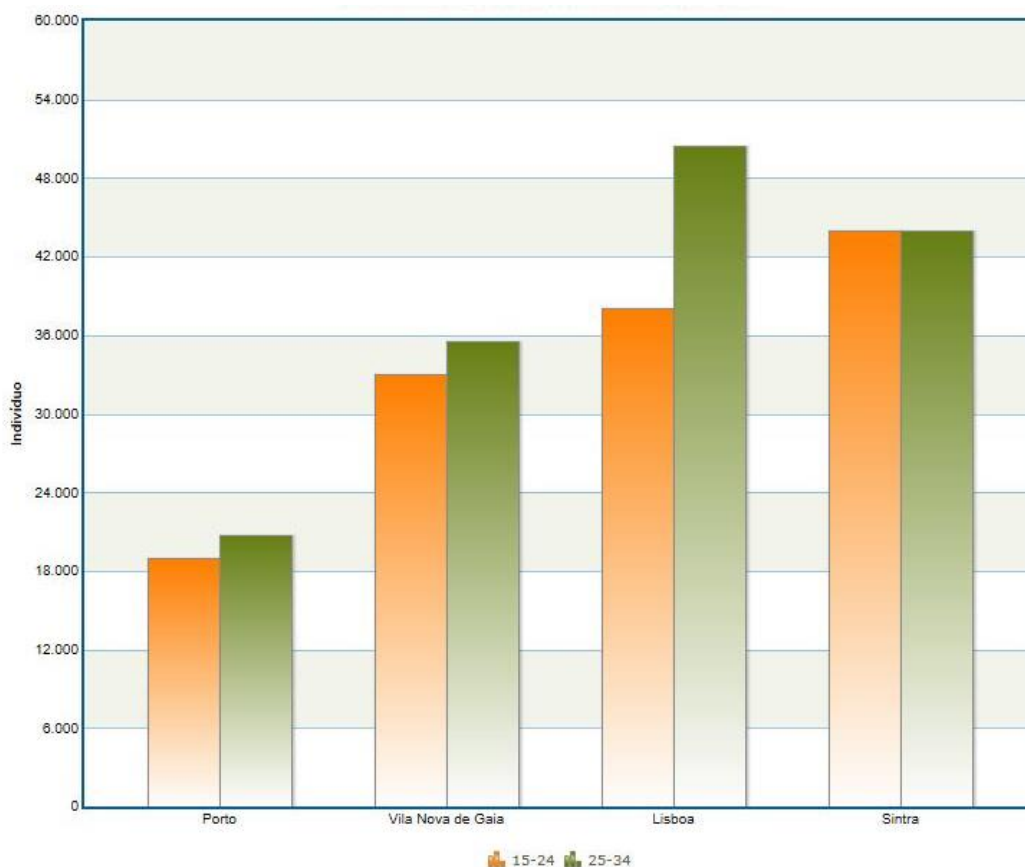


Figura III.5.3 2 - População residente em idade ativa: total e por grupos etários

Torna-se, deste modo, essencial refletir sobre a importância a atribuir à juventude e a associações como a Dínamo, a RPJS, entre outras, no concelho de Sintra.

5. Análise das informações recolhidas

5.1. Apresentação e discussão dos resultados

O resultado de 5 entrevistas, num total de cerca de 180 minutos, é uma grande quantidade de informação. Informação que é necessário categorizar para melhor análise. De acordo com as respostas por parte dos interlocutores, tendo em conta o guião de entrevista existente, foi possível definir 4 categorias: “Porquê?”; “Como?”; “Significado pessoal”; “Dificuldades sentidas”. A categorização fragmentou a informação, a escolha destas categorias foi onde se verificou a saturação de informação, pertinente para a investigação em curso.

O quadro categorial criado e que será a base de análise para o desenvolvimento desta reflexão encontra-se nos anexos (Anexo B).

As iniciais T1 e T2 referem-se às entrevistas realizadas aos dois técnicos, as iniciais J1 e J2 às entrevistas com os dois jovens beneficiários, e FG ao “Focus Group” desenvolvido com os 4 jovens.

Importa referir que desde a formalização do projeto em associação, em 2016, a RPJS não tem equipa técnica e, 4 dos 5 jovens entrevistados pertencem aos órgãos sociais. No entanto, tendo em conta a fase que a RPJS se encontra desde esse ano, a definir o seu futuro, a autora considerou ao longo de todo este trabalho, no que refere aos entrevistados, considerar o seu estatuto enquanto RPJS como projeto da Dínamo, denominando de equipa técnica ou técnicos responsáveis, e jovens beneficiários, os envolvidos no projeto.

Iremos agora, a partir da categorização desenvolvida, dar resposta às questões que nos permitem ficar a conhecer o projeto Rede Participação Juvenil de Sintra e, posteriormente, ser a base para a reflexão final, sobre os contributos da ESS para o Desenvolvimento Local. Pequenos excertos das entrevistas serão usados para reforçar as conclusões da autora.

“Porquê?”

Quais as necessidades que levaram à criação do projeto? Quais os seus objetivos?

Todos os entrevistados assumiram que a RPJS foi criada para ser um espaço que junta jovens, onde estes possam transmitir e partilhar as suas opiniões, se possa fomentar a sua participação na sociedade, e empoderar os mesmos. Procura não só uma mudança na comunidade, ao dar resposta a necessidades sentidas pelos próprios jovens no seu território, mas igualmente o seu crescimento e desenvolvimento pessoal. Procura trabalhar com os jovens e não para. Pretende ainda agir como um interlocutor e facilitador junto de outros atores sociais.

“Há atividades para os jovens, havia muitas coisas feitas para, mas havia poucas feitas com” T1, p.3

“criar não só espaços para empoderamento dos jovens na participação nos processos de tomada de decisão, mas também pretende fomentar o aparecimento de espaços onde os jovens possam ser ouvidos” T1, p.3

“sensibilizar os jovens para a participação, importância da participação, e consciencializá-los para o seu papel ativo na sociedade” T2, p.4

“a meu ver o nosso papel está cumprido a partir do momento em que percebes modificações nos comportamentos das pessoas” T2, p.4

“que os jovens percebam que não são eles que precisam de nós, mas a REDE que precisa deles para podermos avançar (...) vamos ajudar-nos mutuamente para chegarmos a um objetivo em comum” FG, p.3

“Como?”

Como é que a RPJS dá resposta às necessidades sentidas que levaram ao surgimento do projeto? Quais as atividades desenvolvidas? Qual a metodologia usada? Como é a relação com os jovens?

Com base na perceção que os entrevistados têm, há consenso que para se fomentar a participação dos jovens na sociedade há que os envolver nas decisões. O trabalho com, o ouvir, o envolver, é essencial. A relação estabelecida com os jovens parece ser também o segredo, que aposta numa relação de horizontalidade, sem estatutos e hierarquias, e na educação não formal como abordagem metodológica, centrada no aprendente.

“As decisões eram tomadas pelos jovens, em cooperação com a equipa técnica da Dinamo.” T1, p.2

“Como é que nós, jovens, podemos estar a falar do que é que os jovens querem fazer, sem lhes perguntarmos diretamente?” T1, p.2

“codecisão, capacitação, educação não formal (...) promovendo dinâmicas, momentos de reflexão, debates, mas também promovendo aprendizagens experienciais, através de simulações...sempre centradas no aprendente e onde a pessoa que facilita as sessões também aprende com o grupo e entretanto há uma relação de horizontalidade” T1, p.5

“há um registo muito horizontal, portanto as pessoas tratam-se por tu, mas não é só no tratamento, e na relação que se cria. Há um investimento inicial em que as pessoas se conheçam, criem um espaço de partilha e aprendizagem (...) coisas muito simples em que estamos em roda de forma a garantir que toda a gente se consiga ver, estás sempre a promover a empatia e o acompanhamento do outro” T2, p.6

“O convívio, a relação que eles têm connosco, é uma relação muito íntima, não têm tipo aquela distância (...) é mesmo uma relação horizontal, pá, sentes-te acarinhado, e é todo um processo em que começamos com uma coisa pequenina, depois formamos um grupo coeso” J1, p.4

As atividades passam por dinâmicas de grupo: momentos de reflexão, debates, simulações, entre outras dinâmicas que capacitam os jovens, ao mesmo tempo que trabalham sobre temáticas do seu interesse e os incentivam à participação. Os Encontros Municipais da Juventude, promovidos pelo projeto, têm sido a grande bandeira. Nestes promove-se o diálogo entre jovens e decisores políticos.

Para chegar aos jovens vão ao seu encontro, nos locais por eles frequentados, nomeadamente as escolas. Passa igualmente por um trabalho de “passa a palavra” um incentivo para que os jovens que frequentam as atividades, tragam mais amigos em próximas atividades, e por consequência se crie uma reação em cadeia, capaz de chegar ao maior número de jovens possível.

“formação em participação política para jovens (...) depois temos alguns seminários que variam, têm uma parte de seminário e uma parte de capacitação, mais livre e menos formal, para os jovens” T1, pp.3-4

“trazer decisores políticos e promover espaços de diálogo entre jovens e decisores políticos. Isto aconteceu nos Encontros Municipais de Juventude” T1, pp.3-4

“estávamos a ir a todas as escolas do concelho, a dar-nos a conhecer às associações de estudantes” T2, p.3

“destes jovens que eles tragam mais 2 ou 3 e a verdade é que o testemunho pessoal é o que tem mais peso para quem está a ouvir” T2, p.3

“Significado pessoal”

Que emoções e sentimentos atribuem os técnicos e os jovens beneficiários ao projeto?

Relativamente a este tópico todos os entrevistados usaram conotações positivas. O desenvolvimento pessoal e interpessoal foi o que mais se destacou quando questionados sobre o impacto da RPJS na sua vida. Este desenvolvimento e promoção de competências (compromisso, tolerância, persistência, etc.) foi resultado das dinâmicas de grupo desenvolvidas e da relação com os técnicos baseada na metodologia de educação não formal. O facto de serem sempre incentivados a participar, a exprimirem-se, a pensar e a refletir, foi determinante para este desenvolvimento pessoal, que para os jovens entrevistados influenciou os seus valores e crenças, e o caminho a seguir ao longo da sua vida. Os próprios técnicos sentiram igualmente este crescimento e alegria por participar neste projeto.

“Eu acho que a REDE me deu independência, abriu-me os olhos, os horizontes (...) agora paro e percebo o porquê disto e não o porquê daquilo” J1, pp.8-9

“para mim o projeto da REDE ajudou-me muito a desenvolver e a tornar-me mais forte” J2, p.8

“Trabalhar com pessoas com as quais não podemos concordar ou não nos identificarmos (...) Há outras coisas e outras pessoas que me mostram outras perspetivas e consigo entender.” FG, p.11

“O compromisso. Porque nem sempre há vontade.” FG, p.11

“capacidade de encaixe, tolerância, persistência (...) a REDE foi assim um choque de desenvolvimento pessoal e interpessoal assim intergaláctico.” FG, p.12

“foi tão bom encontrar uma energia transformadora, que não tem medos de se afirmar, e com uma idade que ainda quer descobrir o mundo e não tem medo de questionar, fazendo-o de uma forma construtiva.” T1, pp. 8-9

“Dificuldades sentidas”

No decorrer de todo o processo quais foram os principais obstáculos?

Foi salientado em todas as entrevistas a questão do compromisso dos órgãos sociais. Sem dedicação e motivação por parte de todos, cresce um sentimento de insatisfação geral, capaz de abradar o trabalho. Consideram que este é um dos motivos para a RPJS estar, nesta fase atual, num ritmo mais brando no que concerne ao desenvolvimento de atividades.

Outro obstáculo, que mereceu o grande descontentamento dos entrevistados, foi a falta de reconhecimento dos jovens, do seu empenho e trabalho a favor da comunidade, e neste caso do trabalho desenvolvido pela RPJS. Descontentamento perante autoridades locais, cujo apoio os jovens consideram essencial para pôr em prática projetos capazes de gerar mudança.

“sua sustentabilidade, o compromisso dos seus órgãos sociais, porque estamos a falar de órgãos sociais jovens (...) são alturas da vida em que acontece muita coisa... e isto pode afetar o próprio projeto (...) Outro é a ausência de tangibilidade de algumas ações (...) Porque a participação juvenil surge mais efeitos quando há resultados tangíveis imediatos. As coisas que dependem de processos estruturados levam mais tempo a acontecer e isto já não é tão fácil, são compromissos de outra natureza.” T1, p. 6

“a ausência de reconhecimento aos jovens, dos espaços que eles vão tentando criar. Se o poder político não acompanha os desejos e anseios validados pela comunidade dos próprios jovens e até pelo trabalho associativo, depois há um desânimo, uma desmotivação, que poderá vir a fazer os projetos implodir.” T1, p. 6

“Eu acho que há muitos entraves, que podiam facilitar mais o trabalho de associações como a nossa, juvenis, porque acho que eles olham desconfiados (...) é isso que têm de aprender, se for feito pelos jovens, em vez de complicarem, ajudem mais, deem mais ferramentas, se estivemos a fazer mal não nos apontem o dedo, mas ajudem-nos (...) Deixar os jovens envolverem-se mais nos assuntos...” J2, p.3,7

“Dizem que os jovens são o futuro mas não apostam (...) Há um pacote de políticas feito para os jovens só que são feitos de velhos para jovens, são feitos por pessoas que não sabem.” FG, p.16

“Temos o direito de falar com os nossos políticos (...) Mas depois há também a dificuldade de chegar até eles. É tudo tão burocrático. Perdemos-nos pelo caminho (...) Perde-se a motivação.” FG, p.18

Sentem inclusivamente que é difícil que compreendam o seu trabalho, uma vez que se baseia na capacitação e *empowerment* para a participação. O próprio conceito de participação política é difícil de entender.

“Eu diria até por um lado perceberem o nosso trabalho, por outro, quando nós estamos a falar de trabalho com jovens assume-se muito ok, mas o que é que fazes com eles? É teatro, é música, é dança? Não, é participação. Mas participação em quê? E nós usamos a participação como um meio para (...)” T2, p.9

“o facto de não se poder falar em participação política, parece que participar politicamente é participação dentro da esfera partidária. E eu acho que isso é uma noção que de momento está errada. Temos uma série de atores na sociedade civil que participa politicamente e tenta trazer contributos para a discussão de requalificação urbanística, contributos para a educação, contributos para os seniores, contributos até para os jovens e para a sociedade, que não são políticos partidários. Mas são políticos na sua intenção. Querem transformações que abonem a favor do viver da polis, no seu sentido mais lato.” T1, p.7

Outra dificuldade atual sentida pelos jovens (que neste momento pertencem aos órgãos sociais) é a dependência relativamente à equipa técnica que estava na RPJS, ainda como projeto da Dínamo. Houve e ainda há alguma dificuldade na autonomização dos jovens, facto que aliado à falta de compromisso dos órgãos sociais pode determinar o insucesso da associação e dos seus objetivos.

“Dependência porque, eu falo deste nosso mandato, nós estamos muito dependentes do Marco e da Andreia, porque eles já vinham com a experiência de trás e pronto também nos ensinaram muito mas faltou-nos um bocado de auto iniciativa...para nos autonomizarmos.” J2, p.6-7

“nós sabemos e temos perfeita consciência que nos encostamos. Temos de ser eficientes só com o auxílio, "não com o encosto.” FG, p.8

5.2. Contributos para o Desenvolvimento Local

Apesar das entrevistas serem obviamente direcionadas para a intervenção e atuação por parte da RPJS, é possível retirar contributos do discurso dos interlocutores para o Desenvolvimento Local. A partir de um estudo de caso é possível reunir informação pertinente para a atuação dos vários atores sociais, sejam eles entidades da ESS ou municípios. A partir essencialmente das categorias “Porquê?”, “Como?”, e “Dificuldades Sentidas” é possível refletir sobre os seguintes contributos:

1. Trabalho ‘com’ e não ‘para’. Envolve-se as pessoas no processo de tomada de decisão. Não é só a equipa técnica e/ou os órgãos sociais que decidem. Quando pensamos em criar algo para determinado público-alvo para resolver determinado problema (mesmo que estejamos inseridos nesse grupo e possamos considerar que já temos o conhecimento), envolvem-se os implicados. Promove-se a sua capacitação e *empowerment*. Devem criar-se espaços de codecisão. Os indivíduos devem sentir-se envolvidos nos projetos pois deste modo a sua adesão a um processo de desenvolvimento será facilitado e pode determinar o seu sucesso. Conhecer os objetivos do projeto, as atividades que se vão desenvolver para os atingir, saber a sua duração, os intervenientes, etc., é determinante para o Desenvolvimento Local. Não se pode desvalorizar o contributo daqueles que conhecem o território, as suas fragilidades mas também potencialidades e recursos.

“Como é que nós, jovens, podemos estar a falar do que é que os jovens querem fazer, sem lhes perguntarmos diretamente?” T1, p.2

“conquistar espaços de codecisão, empoderamento das pessoas para a participação das decisões” T1, p.5

“É olha ajuda-me aqui, e quando dás conta o jovem está a fazer... portanto ele consegue fazer e expressar-se e resolver de uma forma que não estaria à espera, ou seja é muito convidado a testar-se a ele próprio sem ele ter esta noção.” T2, p.5

“oportunidade que é dada aos jovens para se expressarem, sobre tudo e mais alguma coisa” J1, p.3

“Há um pacote de políticas feito para os jovens só que são feitos de velhos para jovens, são feitos por pessoas que não sabem.” FG, p.16

2. Horizontalidade na relação. Na relação com os intervenientes, muitas vezes beneficiários, é necessária uma relação de igualdade. Não pode ser aplicada hierarquia, poder. Para envolver as pessoas é necessária uma relação de confiança. Relação que se cria com dinâmicas. Dinâmicas de grupo, para criar coesão e fomentar a cooperação para a luta por objetivo comum. Aprendemos uns com os outros. A informalidade, de acordo com o contexto, é muitas vezes determinante para atingir esta parceria. No caso da RPJS esta foi determinante. Um registo humilde, de interesse pelo outro, pelas suas opiniões e sugestões, que podem influenciar a tomada de decisão e conseqüentemente o sucesso de um processo de Desenvolvimento Local.

“há um registo muito horizontal, portanto as pessoas tratam-se por tu, mas não é só no tratamento, e na relação que se cria. Há um investimento inicial em que as pessoas se conheçam, criem um espaço de partilha e aprendizagem (...) coisas muito simples em que estamos em roda de forma a garantir que toda a gente se consiga ver, estás sempre a promover a empatia e o acompanhamento do outro” T2, p.6

“O convívio, a relação que eles têm connosco, é uma relação muito íntima, não têm tipo aquela distância” J1, p.4

“promovendo dinâmicas, momentos de reflexão, debates, mas também promovendo aprendizagens experienciais, através de simulações...sempre centradas no aprendente e onde a pessoa que facilita as sessões também aprende com o grupo e entretanto há uma relação de horizontalidade” T1, p.5

“maneira como eles abordam as pessoas é muito importante (...) são divertidos, dinâmicos” J1, p.4

“É importante identificarmo-nos com quem trabalhamos” FG, p.7

3. Parceria entre entidades. Investir na relação com outras entidades, quer entidades da Economia Social e Solidária, como entidades estatais, ou ainda entidades com fins lucrativos. Dar a conhecer à comunidade o projeto e os seus objetivos. Para um processo de Desenvolvimento Local é necessária cooperação entre os vários atores sociais, é necessário conhecer quem trabalha e intervém no território. Trabalhar em parceria e envolver as entidades na definição de objetivos comuns (com vantagens e benefícios para todas as partes envolvidas). Saber o que cada um faz e pode fazer e contribuir para este processo, numa lógica de parceria, que evita a duplicação de esforços e promove a eficiência de recursos, escassos e limitados.

“deveria haver um momento, ou momentos, em que essas associações todas se juntassem (...) porque temos todos o mesmo objetivo por isso faz sentido estarmos todos interligados de alguma maneira (...) Uma parceria maior” J1, pp.7-8

“parceria entre as associações? Pouca, não porque elas não queiram mas porque é muito complicado saber quem é quem e o que as pessoas estão a fazer...” J2, p.8

4. Reconhecimento de atores da sociedade civil. Independentemente da idade e experiência dos intervenientes é necessário tentar compreender os seus objetivos e intenções. Não pode haver um julgamento da sua atividade mas antes uma postura de parceria e união. É necessário valorizar o esforço de cada ator. Se não acreditarmos que a nossa opinião é ouvida, que vale a pena dedicarmos o nosso tempo e energia a causas sociais para dar resposta a necessidades que sentimos que não estão a ser respondidas pelas entidades já existentes,

perdemos a confiança, a esperança e gera-se descrédito no sistema, revolta e apatia. Este tem sido um dos principais desafios dos últimos 30 anos, conforme já referido. Deste é modo é necessário valorizar o empenho e dedicação de qualquer ator que aja em prol da comunidade, procurando determinar o seu contributo e mais valia para um processo de Desenvolvimento Local.

“a ausência de reconhecimento aos jovens, dos espaços que eles vão tentando criar. Se o poder político não acompanha os desejos e anseios validados pela comunidade dos próprios jovens e até pelo trabalho associativo, depois há um desânimo, uma desmotivação, que poderá vir a fazer os projetos implodir.” T1, p. 6

“Em vez de se olhar para este tipo de atores apartidários, desligados de qualquer influência sistémica, como um contributo crítico para um outro tipo de desenvolvimento, pode-se olhar para eles como ameaças e isto surge às vezes na dificuldade que temos em resposta a convites a alguns decisores políticos, a algumas forças políticas”
T1, p.7

“Jovens que muitas vezes são vistos pela sociedade civil como um problema, mas raramente são vistos como sendo um grande input para mudança positiva.” T1, pp.8-9

“Queremos que olhem para nós e nos seja dado valor.” FG, p.17

5. Diminuição da burocracia. É necessário agilizar o contacto entre entidades, nomeadamente entre entidades estatais e a sociedade civil. É necessário sentir que vale a pena participar, exprimirmos a nossa opinião para a concretização de um objetivo comum. Sentirmos a nossa opinião e ação parte responsável pela mudança. No entanto, sentimos muitas vezes um descrédito no sistema político, uma impotência, que conforme já mencionado, origina sentimentos de revolta e apatia. As nossas aspirações e frustrações não são ouvidas e valorizadas, não se consegue estabelecer relação com as entidades estatais, sendo estas vistas como uma entidade suprema, sem contacto e relação com a comunidade. Esta perceção afasta os indivíduos, e o envolvimento e cooperação necessária num processo de Desenvolvimento Local encontra-se ameaçado. É necessário promover espaços de codecisão, partilha e escuta daqueles que diariamente trabalham, estudam, e residem no território.

“difícil ganhar a confiança da câmara” T2, pp.8-9

“Temos aí uma barreira que se chama Câmara Municipal. Então a maior instituição que nós precisamos para funcionar não nos abre portas, não nos dá abertura para, acaba por também por nos condicionar a nossa ação no terreno e quando isso acontece e falo por mim, foi uma grande frustração” FG, pp.15-16

“Temos o direito de falar com os nossos políticos (...) Mas depois há também a dificuldade de chegar até eles. É tudo tão burocrático. Perdemos-nos pelo caminho (...) Perde-se a motivação.” FG, p.18

6. Compromisso dos órgãos sociais. É necessário o empenho dos órgãos sociais, de todos os elementos, pois caso contrário pode gerar-se revolta e desmotivação. Estes sentimentos são perigosos pois podem por em causa a dedicação e comprometer inclusivamente a existência do próprio projeto. Todos devem trabalhar para um objetivo em comum. Saber o porquê de estarem envolvidos, qual o seu papel na organização, o que é esperado da própria pessoa, e ter a consciência que é, ou não, capaz de assumir esse compromisso. Só assim é possível ter um coesão e estabilidade numa organização. Mas ser-se também capaz de assumir as falhas e partilhar o seu descontentamento e frustrações. A solução passa muitas vezes pela renovação dos órgãos sociais, e esse é um processo natural quer nas entidades da ESS, como noutras. O compromisso dos órgãos sociais pode determinar o sucesso das atividades desenvolvidas e em última análise o seu contributo para um processo de Desenvolvimento Local.

“há pessoas que acabam por perder a responsabilidade, aquele compromisso, desvanece” J2, p.6

“Houve pessoas que se comprometeram e se descomprometeram logo. Senti que um dos motivos para eu me ter desmotivado a meio do projeto foi ver que essas pessoas abandonaram o barco” FG, p.10

7. Investimento na equipa. É necessário investir nos recursos humanos, na equipa que trabalha nos projetos. As organizações são feitas de pessoas e é importante não apenas olhar para o exterior, mas investir no interior. Escolher as pessoas certas para a posição. Que tenham a motivação, o compromisso, e a capacidade de aprender com os outros, independentemente do cargo ocupado, dos anos de serviços, etc. É importante despender tempo no desenvolvimento desta coesão de equipa, na partilha de opiniões, e auscultação das sugestões para um trabalho mais eficaz e eficiente. Um bom ambiente de trabalho, em que nos sentimos a vontade para exprimir as nossas aspirações, mas também frustrações é essencial para criar motivação e gosto pelo trabalho. O “vestir a camisola” é determinado por pequenas coisas, possíveis de fazer dentro de qualquer organização. Conhecermo-nos e sabermos quem é a pessoal ideal para a realização de determinada tarefa, que em última análise pode determinar avanços num processo de Desenvolvimento Local.

“reuniões semanais, da equipa (...) alguém de fora, que não está tão dentro do projeto, pode dar-te alguns inputs e orientações.” T2, p.5

“tem de ter técnicos mesmo especializados naquilo (...) a maneira como eles abordam as pessoas é muito importante” J1, p.4

“Isso dos cargos é irrelevante, estamos todos no mesmo patamar.” J2, p.7

“Acho que todos nos fomos começando a conhecer e acho que sabíamos o que podíamos esperar minimamente de cada um (...) foi uma questão de sabermos gerir, de sabermos que projeto é a cara de cada um” FG, p.13-14

“Aprendemos sempre uns com os outros, estamos sempre a aprender.” FG, p.13-14

“Acima de tudo pessoas super motivadas, que se comprometam e façam (...) pessoas que venham com vontade de beber informação” FC, pp.17-18

Estes 7 contributos podem determinar o sucesso de um processo de Desenvolvimento Local. Transversais aos diferentes territórios e aplicáveis a vários contextos, é possível refletir sobre eles. Em última análise, se queremos alcançar mudança é necessário perceber as condições em que a é possível gerar. Segundo a perspetiva da RPJS e a perceção dos entrevistados estas são as condições necessárias. São contributos quer ao nível interno como externo. O leitor deverá pensar, no seu contexto, aquilo que pode melhorar e desenvolver, tendo em conta os seus recursos, capacidades e objetivos. Por vezes pequenas alterações podem ter um impacto significativo.

Conclusão

Ao longo deste trabalho procurou-se dar resposta à questão de partida: Quais os contributos da Economia Social e Solidária(ESS) para o Desenvolvimento Local(DL)? Para o efeito decidi estudar-se a intervenção por parte de uma entidade da Economia Social e Solidária: a Rede Participação Juvenil de Sintra (RPJS). Deste modo, através da abordagem de “avaliação realista” procurou saber-se o “porquê?” e o “como?” do projeto para perceber as “lições a transferir”. A necessidade de perceber as condições em que é possível gerar mudança guiou toda a dissertação.

Os problemas sociais que temos vindo a assistir são complexos e exigem o repensar de novas formas de atuação e intervenção. A ESS assume-se progressivamente como uma Economia capaz de dar resposta às necessidades sentidas pela sociedade civil. Desde a revolução industrial até aos dias de hoje, a sua grande preocupação é a melhoria da qualidade de vida da população. Trata-se de uma “outra economia” com uma visão substantiva, cujos princípios orientadores são a reciprocidade, a solidariedade e a democracia participativa.

A Rede Participação Juvenil de Sintra procura promover e melhorar a participação juvenil. Assume os princípios de participação democrática e atuação de base local. Intervém no concelho de Sintra, concelho que possui o maior número de população residente entre os 15 e os 24 anos do país. Como entidade de Economia Social e Solidária procura dar resposta a necessidades sentidas, nomeadamente às necessidades sentidas pelos jovens, num território em que estes têm uma grande representatividade.

A ESS, na sua preocupação em resolver problemas sociais no território, estabelece uma interligação com o conceito de Desenvolvimento Local. Conceito que, neste trabalho, se baseia numa perspetiva de iniciativa e organização local, com a utilização de recursos locais e não locais. A perspetiva de Desenvolvimento em causa não está associada apenas a crescimento económico, mas também com a promoção de condições de vida, resolução de problemas sociais, em última análise resposta a necessidades das comunidades locais de forma integrada.

Através deste estudo foi possível concluir a máxima importância do envolvimento da comunidade na resolução de problemas que a ela concernem. Esta confirmação surge após a realização de entrevistas a técnicos e jovens beneficiários do projeto RPJS.

Foi possível reunir 7 contributos que podem em última análise determinar um processo de Desenvolvimento Local: Trabalho ‘com’ e não ‘para’; Horizontalidade na relação; Parceria entre entidades; Reconhecimento de atores da sociedade civil; Diminuição da burocracia; Compromisso dos órgãos sociais; Investimento na equipa. Contributos que dizem não só respeito a relações que é necessário desenvolver no território, mas também ao investimento necessário dentro das várias organizações a trabalhar no território.

No que concerne às relações: Trabalho ‘com’ e não ‘para’; Horizontalidade na relação. Os entrevistados confirmam que é necessário envolver a comunidade nos processos de tomada de decisão. Tudo se baseia nesta ideia de envolvimento, participação, codecisão. Conforme preconiza o Desenvolvimento Comunitário, que deu contributo ao Desenvolvimento Local, só este “trabalho com” poderá determinar verdadeiramente o sucesso de todas as iniciativas tomadas por entidades que se promovem como atores a favor do bem-estar da comunidade. Para o Desenvolvimento Local é necessário envolver a comunidade. O paradigma “territorialista” reconhece que o impulso necessário a um processo de desenvolvimento ocorre <<de baixo para cima>>. Como foi possível aferir o sentimento geral é que, atualmente, o trabalho que é desenvolvido é feito com base na ideia daquilo que se julga que determinado grupo precisa, sem se perguntar diretamente aos envolvidos se tal resposta e trabalho faz sentido, o que concorre para a ideia de inadequabilidade. O relacionamento entre os intervenientes deve também ser horizontal, sem hierarquia e poder, numa perspetiva de aprendizagem mútua, e cooperação para a concretização de um objetivo comum. A comunidade deve ser empoderada para a participação e os vários atores a trabalhar no local devem atuar em parceria.

Esta parceria leva-nos a outros contributos: Parceria entre entidades; Reconhecimento de atores da sociedade civil; Diminuição da burocracia. Conforme relatado pelos entrevistados da RPJS, o mais difícil é conseguir chegar a informação, os desejos e ambições da comunidade, a quem, hoje, determina o futuro da população e do território. Não só pela burocracia existente nos serviços, mas pela falta de reconhecimento do trabalho desenvolvido pela sociedade civil e a falta de parceria entre entidades.

A governança é aqui muito importante. O Estado não pode assumir um papel de observador, mas de facilitador e mediador, numa lógica de “Sociedade-Providência” (Amaro, 1992).

Os municípios podem aqui ter um papel muito importante.

Os entrevistados referiram a Câmara como a organização local com legitimidade e capacidade para intervir. E intervir, valorizando e reconhecendo o esforço da sociedade civil nas suas iniciativas, mas também como mediador entre os vários atores sociais, que na sua intervenção atual, duplicam esforços. A relação entre partes deve ser de confiança e cooperação. Independentemente dos objetivos e interesses particulares é possível estabelecer objetivos comuns a favor do desenvolvimento do território.

Não obstante, para além das relações desenvolvidas dentro e fora das entidades, o que a RPJS e os entrevistados nos permitiram também ter conhecimento foi a necessidade de investimento nas próprias organizações: Compromisso dos órgãos sociais; Investimento na equipa. É necessário que os órgãos sociais assumam o compromisso e tenham visão para a organização, pois caso contrário pode criar sentimentos de revolta, indignação e por consequência desmotivação para trabalhar na missão. A equipa escolhida para desenvolver as atividades deve igualmente ser motivo de atenção e cuidado. São necessárias determinadas competências pessoais e profissionais tendo em conta o contexto de intervenção.

Estes contributos devem ser transversais às várias entidades, aquelas que trabalham e atuam no território. São contributos que derivam da perceção dos entrevistados, não observados diretamente. O *empowerment* e capacitação dos jovens permitiu que estes tivessem capacidade para refletir sobre o tema, o que anteriormente ao projeto nunca poderia ter acontecido. A sua opinião é sustentada pelo trabalho desenvolvido pela RPJS e dá conta dos mecanismos que estes consideram fundamentais para provocar a mudança.

É necessário valorizar estes contributos por parte de uma entidade da Economia Social e Solidária, considerando a sua representatividade e impacto a nível nacional.

O impacto da ESS ultrapassa o impacto económico, é também social. Conforme os jovens beneficiários transmitiram à autora, o facto da RPJS ser um projeto que representa os seus interesses e age tendo em conta as suas preocupações e necessidades, que lhes dá voz, originou um desenvolvimento pessoal e interpessoal para todos os intervenientes. Um caminho de codecisão e envolvimento foi o necessário para combater a apatia, o desinvestimento e desinteresse da comunidade no seu território.

No entanto segundo os entrevistados é importante que as suas opiniões e propostas sejam ouvidas e apoiadas também a um nível macro. Neste sentido a Rede Participação Juvenil de Sintra procura agir como um interlocutor e cooperar com os vários atores, dando a conhecer as necessidades sentidas por estes jovens, numa sociedade que, segundo os mesmos, não valoriza a opinião dos jovens e desconhece as suas capacidades e contributos políticos. E políticos não de uma perspetiva partidária, mas sim de uma perspetiva do Desenvolvimento Local. Caso não haja esta valorização gera-se a revolta e descrédito no sistema político conforme revelado pelos mesmos.

Com base numa perspetiva de “avaliação realista” o intuito foi perceber como é que os indivíduos percecionaram o próprio projeto, o “porquê?” e o “como?” do efeito líquido, quais as condições em que foi possível gerar mudança. Mas também, conforme Henriques (2003), a partir de manifestações locais de problemas refletir sobre as condições de generalização dos resultados alcançados, salvaguardando sempre a especificidade de cada território/comunidade e inspirar à mobilização.

Neste sentido verifica-se que é necessário repensar as políticas públicas, cujo papel é ajudar os territórios a promover abordagens territorialmente integradas na resposta aos diversos problemas sociais, privilegiando a cooperação entre diversos atores. É igualmente necessário repensar as próprias atribuições dos municípios, que apesar de já promoverem abordagens como o Programa Rede Social, podem ter um papel mais ativo no Desenvolvimento Local. O estudo desenvolvido permite-nos dar conta do enorme potencial territorial e do imenso contributo a partir da ação da Economia Social e Solidária.

No entanto, considerando que muito há ainda muito a investigar e investir nesta área, seria relevante num futuro estudo: desenvolver o conceito de “animação territorial”; analisar numa comunidade de grande dimensão, com um elevado número de atores sociais, quais as dinâmicas necessárias para os municípios promoverem o Desenvolvimento Local; realizar um estudo longitudinal de forma a aferir a mudança, existente ou não, fruto da aplicação desse mesmo conceito e dinâmicas pelos municípios.

Concluimos que de um modo transversal o principal recurso de qualquer território é a sua comunidade. Uma comunidade reconhecida e participativa é essencial para gerar mudança!

Bibliografia

Albarello, Luc, et al. (2005), *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.

Amaro, Rogério Roque, et. al. (1992), *Iniciativas de Desenvolvimento Local: Caracterização de alguns exemplos*, Lisboa, ISCTE.

Amaro, Rogério Roque (2003), “Desenvolvimento — um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria”, *Cadernos de Estudos Africanos*, 4, pp.35-70. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt> [consultado a 08/12/16].

Amaro, Rogério Roque (2005), “Toda a Economia Deveria Ser Solidária”, *Pessoas e Lugares*, Julho/Agosto, pp.4-5.

Amaro, Rogério Roque (2009), “A Economia Solidária da Macaronésia - Um Novo Conceito”, *Revista de Economia Solidária*, 1, pp.11-29.

Amaro, Rogério Roque (2009a), Desenvolvimento Local, *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra, Almedina, pp.108-113.

Amaro, Rogério Roque. 2016. Cadeira de Seminário I: Economia Social e Solidária e Debates Conceptuais, Mestrado de Economia Social e Solidária, ICTE, Lisboa.

Bourdieu, Pierre (1986), *A ilusão biográfica*. Em: Amado, Janaína e Marieta Moraes Ferreira, 1996, Usos e abusos da história oral, Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, pp.183-191.

Câmara Municipal de Sintra (2014), Diagnóstico Social do Concelho de Sintra: Dinâmicas Demográficas e Habitacionais. Disponível em <http://www.cm-sintra.pt/attachments/article/1687/diagnostico-scs-.pdf> [consultado a 10/07/2017]

Carmo, Hermano (2001), “A actualidade do desenvolvimento comunitário como estratégia de intervenção social”, Lisboa, ISPA. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt> [consultado a 30/06/2017].

Cattani, Antonio David, et al. (2009), *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra, Almedina.

Defourny, Jacques (2009), *Dicionário de Outra Economia*, Coimbra, Edições Almedina, pp.156-161.

Estivill, Jordi (2009), “Espacios públicos y privados. Construyendo diálogos en torno a la Economía Solidaria”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 84, pp.101-113. Disponível em: <http://rccs.revues.org/403> [consultado a 15/06/17].

Filho, Genauto Carvalho de França e Jean-Louis Laville (2004), *Economia Solidária: uma abordagem internacional*, Porto Alegre, Editora da UFRGS.

Flyvbjerg, Bent (2006), “Five Misunderstandings About Case-Study Research”, *Qualitative Inquiry*, 12 (2), pp. 219-245. Disponível em <http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/1077800405284363> [consultado a 05/08/17].

Garrido, Álvaro (2016), *Uma História da Economia Social*, Lisboa, Edições tinta-da-china.

Henriques, José Manuel (1990), *Municípios e Desenvolvimento: caminhos possíveis*, Lisboa, Escher.

Henriques, José Manuel (2003), “Avaliação em programas experimentais: perspetivas da <<avaliação realista>>”, *Cadernos de Estudos Africanos*, 4, pp.85-97.

Henriques, José Manuel (2006), *Global Restructuring and Local Anti-Poverty Action: Learning From European Experimental Programmes*, Tese de Doutoramento em Economia, Lisboa, ISCTE.

Henriques, José Manuel (2007), *Inovação e Globalização: Estratégias para o desenvolvimento económico e territorial*, Porto, Campo das Letras, pp. 145-165.

Henriques, José Manuel (2010), “Crise, Economia Social e Solidária e «Integração Económica» na Ação Contra a Pobreza”, *Revista de Economia Solidária*, 2, pp.82-113.

Henriques, José Manuel (2016), “Coesão Territorial, Resiliência e Inovação Social: O Programa Rede Social”, *Agricultura, Floresta e Desenvolvimento Rural*, pp.199-214.

Jané, Jordi Garcia (2010), “La economia solidaria: sustento y esperanza”, *Revista de Economia Solidária*, 2, pp.24-55.

Laville, Jean-Louis e Luiz Inácio Gaiger (2009), *Dicionário de Outra Economia*, Coimbra, Edições Almedina, pp.162-168.

Poirier, Jean, Simone Clapier-Valladon e Paul Raybaut (1999), *Histórias de Vida: Teoria e Prática* (Tradução de João Quintela), Oeiras, Celta Editora.

Polanyi, Karl (2000), *A grande transformação*, Rio de Janeiro, Editora Compus.

Rochdale Pioneers Museum (s.a.), “*The Rochdale Principles*”. Disponível em: <http://www.rochdalepioneersmuseum.coop/about-us/the-rochdale-principles/> [consultado a 15/06/17].

Silva, Isabel Soares, Ana Luísa Veloso e José Bernardo Keating (2014), “Focus Group: Considerações teóricas e metodológicas”, *Revista Lusófona de Educação*, 26, pp.175-190.

Silva, Maria Manuela da (s.a.), “Fases de um processo de Desenvolvimento Comunitário”. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/> [consultado a 29/06/17].

Zanon, Bruno (2014), “Local Development in Fragile Areas: Re-territorialization Processes in the Alpine Community”, *International Planning Studies*, 19, pp.335-358.

Fontes

Lei n.º 30/2013 de 8 de maio. Diário da República, 1.ª série — N.º 88 — 8 de maio de 2013.

ANEXOS

Anexo A – Guião de entrevistas

a) Entrevistas aos Técnicos responsáveis

Dimensão	Questão
1. “Porquê?”	1.1. Quais foram as necessidades que levaram á criação do projeto da Rede de Participação Juvenil (REDE)? O porquê deste projeto? 1.2. Quais são os objetivos da REDE?
2. “Como?”	2.1. Como/que atividades desenvolvem para prosseguir esses mesmos objetivos? 2.2. Qual/Quais os princípios orientadores da intervenção? Se tivessem que pensar em palavras para caracterizar quais seriam? 2.3. Como explicam o princípio da Educação não-formal? E como se traduz esse principio no vosso quotidiano?
3. “Lições a transferir”	3.1. Quais consideram ser as principais vantagens da vossa intervenção? 3.2. Quais os principais desafios/aspetos a melhorar? Dentro e fora da associação. 3.3. O que vos caracteriza como projeto e que todos poderíamos aprender convosco? Mesmo que um dia o projeto finde, quais as lições a transferir?

b) Entrevistas aos Jovens beneficiários (‘Histórias de Vida’)

Dimensão	Questão
1. “Porquê?”	1.1. Fala-me um pouco sobre ti (Nome, idade, profissão, habilitações académicas, interesses, participações anteriores em associações/projetos, etc..). 1.2. Como é que o projeto REDE entrou na tua vida? 1.3. Como definirias os objetivos da associação?
2. “Como?”	2.1. Como é que trabalham para a concretização dos objetivos? 2.2. Que palavras te vêm à cabeça quando pensas na REDE?
3. “Lições a transferir”	3.1. O que consideras que todos podemos aprender com o projeto? 3.2. Que aspetos consideras que há a melhorar? 3.3. Por fim, o que significa para ti este projeto (sentimentos associados)?

c) Entrevistas aos Jovens beneficiários (“Focus Group”)

Dimensão	Questão
1. “Porquê?”	1.1. Gostaria de vos conhecer um pouco melhor: o vosso nome, idade, ocupação, onde residem? 1.2. Como entraram em contacto com a REDE? Como é que o projeto entrou na vossa vida? 1.3. Qual a mudança que a REDE procura?
2. “Como?”	2.1. Como se gera a mudança (atividades desenvolvidas; recursos necessários; metodologia de trabalho; relação entre os intervenientes)?
3. “Lições a transferir”	3.1. Com a intervenção da REDE o que mudou que não teria mudado (nível pessoal e comunitário)?

Grelha B – Grelha de análise das entrevistas por categoria

<p>CATEGORIA “Porquê?”</p>	<p>“O projeto tem uma génese...a Dínamo como associação juvenil estava a levantar, fazer várias atividades e começa a surgir esta preocupação para espaços onde os jovens pudessem transmitir as suas opiniões de uma forma mais direta e, percebe-se, que não havia este espaço propriamente dito, não havia um espaço para juntar os jovens. Há atividades para os jovens, havia muitas coisas feitas para, mas havia poucas feitas com.” T1, p.2</p> <p>“(…)a REDE pretende criar não só espaços para empoderamento dos jovens na participação nos processos de tomada de decisão, mas também pretende fomentar o aparecimento de espaços onde os jovens possam ser ouvidos de forma direta.” T1, p.3</p> <p>“(…) Dínamo fez um levantamento de necessidades no terreno e envolveu uma série de jovens e uma das questões que era falada era a questão da participação... (..) Vamos de alguma forma estruturar algo que dê resposta a esta noção de que participar é importante, independentemente se é via partidária, se é uma associação, uma empresa, o que quer que seja, perceber qual é o teu espaço para participar na sociedade. (...)foi no sentido de criar algo mais estruturado para dar resposta, ou pelo menos fomentar a participação dos jovens no concelho de Sintra.” T2, pp.2-3</p> <p>“(…) sensibilizar os jovens para a participação, importância da participação, e consciencializá-los para o seu papel ativo na sociedade, dar-lhes a conhecer as várias...o território, a forma como podem participar nos assuntos que lhes interessam (...)Portanto a REDE a funcionar muito como impulsionadora da participação (...) a meu ver o nosso papel está cumprido a partir do momento em que percebes modificações nos comportamentos das pessoas (...) Ganhares a noção em que é que estás envolvida e porque é que estás envolvida? (...)E também como é que eu lido com a frustração?” T2, p.4</p> <p>“(…) enquanto agenda tínhamos este objetivo de quebrar claramente preconceitos em relação aos decisores políticos e também quebrar os estereótipos que os decisores políticos têm em relação aos jovens.” T2, p.4</p> <p>“(…) tu vais dar lá as tuas ideias, e depois queres que aquilo seja ouvido e demonstrado, pronto é o que nós tentamos sempre fazer.” J1, p.9</p> <p>“(…) acho que o objetivo da REDE é envolver a comunidade aqui do concelho, fiquei a conhecer melhor o meu concelho (...)os jovens saberem mais sobre política, estarem mais interessados nas atividades sociais aqui do concelho(…)” J2, p.3</p>
--	--

“Envolver mais os jovens, na tomada de decisão. Para não haver aquela ideia que temos de esperar que seja o diretor da escola que dê autorização, ou temos de ter um mentor para levar coisas, por exemplo à Assembleia Municipal, ou de freguesia, e acho que é importante os jovens aprenderem isso cada vez mais cedo.” J2, p.3

“A ideia da REDE era essa, criar um espaço para os jovens aqui do concelho onde pudéssemos trabalhar temáticas do nosso interesse, e envolver mais os jovens, e dar-nos voz.” J2, p.4

“Eu acho que nós queremos principalmente chegar aos jovens, que os jovens percebam que não são eles que precisam de nós, mas a REDE que precisa deles para podermos avançar, porque nós, só nós, órgãos sociais, sem o contributo de alguém de fora, nós não conseguimos se calhar dar aquele salto que nós queremos dar para termos um impacto tão grande na juventude. Aqui em Sintra precisamos de contributos de fora para dentro para conseguirmos ter um desenvolvimento e outro input diferente (...) Não sermos só nós, mas também nós, a sermos a força motriz(...)” FG, p.3

“De certa forma a REDE para mim tem sempre aquela ideia de chegar aos jovens. Ser uma relação mútua de partilha de informação, e nós termos a capacidade de fazer com que isso aconteça, por isso vamos ajudar-nos mutuamente para chegarmos a um objetivo em comum. (...) Pronto de certa forma é tentar abrir os horizontes, como me fez a mim, tentar ver que algo que eles precisam e têm o direito de ter e se calhar para o terem é mais fácil do que aquilo que eles pensam. É fácil obter, basta acreditar e fazer.” FG, p.3

“Lá está, para trazer algumas mudanças que acabam por ser significativas.” FG, p.4

“É esse o nosso objetivo. Que essas poucas pessoas motivem outras pessoas e pouco a pouco tudo muda. É uma reação em cadeia.” FG, 18

<p>CATEGORIA “Como?”</p>	<p>“As decisões eram tomadas pelos jovens, em cooperação com a equipa técnica da Dínamo. E surge esta ideia de se proceder a um levantamento de necessidades. Como é que nós, jovens, podemos estar a falar do que é que os jovens querem fazer, sem lhes perguntarmos diretamente? Então, esse foi um dos primeiros passos, faz-se este levantamento de necessidades e...e eles abraçaram este processo estás a ver. Levantamento puro e duro das necessidades feito dentro da comunidade. Ou seja, tens um grupo que decide antes de avançar com o quer que seja, tem de fazer um levantamento de necessidades.” T1, p.2</p> <p>“(…) um dos momentos charneiros, e mais importantes neste percurso todo tem sido os Encontros Municipais que ocorrem há 4 anos ininterruptamente. (...) este tem sido um momento importante, depois tem havido outro que tem sido uma formação em participação política para jovens. (...) um empoderamento político dos jovens... e esta formação foi desenhada tendo em consideração não só o que é uma dimensão individual quando pensamos em democracia, não só dimensões que têm a ver com a capacidade de questionamento crítico, não só depois também o que são os órgãos de gestão ao nível da polis, e quais as suas competências, e depois discutir amplamente o que é a democracia, o que é participar em decisões, o que é o participar (...)depois temos alguns seminários que variam, têm uma parte de seminário e uma parte de capacitação, mais livre e menos formal, para os jovens. E nestes seminários temos tentado também criar pontes, a trazer decisores políticos e promover espaços de diálogo entre jovens e decisores políticos. Isto aconteceu nos Encontros Municipais de Juventude(…)” T1, pp.3-4</p> <p>“(…) os princípios que dirias serem orientadores da intervenção?1- Horizontalidade, crítica construtiva, aprender a aprender, e depois respeito pelos direitos humanos e pela diversidade sem dúvida alguma.” T1, p.5</p> <p>“Há uma que não consigo deixar que é codecisão, capacitação, educação não formal. (...) Ela tem sido o que norteia a nossa abordagem metodológica nos momentos de capacitação e facilitação. (...) promovendo dinâmicas, momentos de reflexão, debates, mas também promovendo aprendizagens experienciais, através de simulações...sempre centradas no aprendente e onde a pessoa que facilita as sessões também aprende com o grupo e entretanto há uma relação de horizontalidade, é desta forma que ela é embebida dentro da prática e é assim desta forma que ela também por uma razão até ética e integridade nos parece a nós a melhor forma de podermos almejar isto que é conquistar espaços de codecisão, empoderamento das pessoas para a participação das decisões” T1, p.5</p> <p>“(…) estávamos a ir a todas as escolas do Concelho, a dar-nos a conhecer às associações de estudantes, às direções (...)” T2, p.3</p> <p>“Como chegamos a estes jovens? (...)fizemos o Encontro Municipal de Juventude, tivemos cerca de 60 jovens, e na altura o pessoal ficou super motivado, e foi um momento único, e agora destes jovens que eles tragam mais 2 ou 3 e a verdade é que o</p>
--	---

testemunho pessoal é o que tem mais peso para quem está a ouvir. Ou seja, podes fazer um vídeo, um cartaz, uma cena brutal, mas a pessoa se não tem referência que aquilo é vantajoso se alguma forma para ti, (...)" T2, p.3

"E muito pela metodologia que é usada. A dada altura introduzíamos alguns modelos teóricos e coisas assim mas tens muito espaço de trabalho de grupo, tempo de reflexão, mas também próximos passos. E próximos passos não é trabalho de casa que eu te dou, é o que é que tu queres fazer com isto na tua vida em concreto! Na tua casa, no teu grupo, o que te comprometes, ou não, não é. E isto é muito mais responsabilizante também." T2, p.3

"(...) fazíamos encontros vivenciais...cada ano havia sempre o Encontro Municipal da Juventude (...) seminários, um de participação política, tinham ferramentas, exploravam orçamentos participativos, tipo o que é isto, como funciona na minha realidade, procurávamos também fomentar o diálogo entre eles e os decisores políticos a nível local (...)" T2, p.4

"Com a minha entrada definiu-se que iam passar a haver reuniões semanais, da equipa, e isto deu uma grande ajuda...alguém de fora, que não está tão dentro do projeto, pode dar-te alguns inputs e orientações."T2, p.5

"Capacitação, envolvimento, autoestima, responsabilização, autonomia (...) Estamos a falar de um projeto que vem quase que abrir a caixinha e dizer: já viste que tens isto aqui? Só que em vez de ser: já viste que tens? É olha ajuda-me aqui, e quando dás conta o jovem está a fazer... portanto ele consegue fazer e expressar-se e resolver de uma forma que não estaria à espera, ou seja é muito convidado a testar-se a ele próprio sem ele ter esta noção. Em dinâmicas, em simulações, mas também em trabalho de rede, olha reunimos amanhã e vamos estar a trabalhar sobre isto (...) muito nesta ótica de o capacitar e promover esta autonomia e autoestima." T2, p.5

"A educação não formal é uma metodologia que é muito usada em vários contextos e a que a meu ver tem uma série de aspetos diamante, que é o principio da horizontalidade. Portanto eu estou a trabalhar com um grupo, normalmente o grupo não pode ser muito grande porque senão, não consegues manter toda a gente concentrada, as pessoas não se sentem á vontade para participar, horizontalidade no sentido em que tens formadores e tens formandos, eu diria até, facilitadores e participantes, porque na verdade o formador, mesmo que tenha, introduza uma série de coisas, há um registo muito horizontal, portanto as pessoas tratam-se por tu, mas não é só no tratamento, e na relação que se cria. Há um investimento inicial em que as pessoas se conheçam, criem um espaço de partilha e aprendizagem (...) coisas muito simples em que estamos em roda de forma a garantir que toda a gente se consiga ver, estás sempre a promover a empatia e o acompanhamento do outro não é...todas as dinâmicas que são propostas são de participação voluntária (...) se optares por não o fazer ninguém te vai pedir para o fazeres, ou seja, não te vais sentir invadida por te pedirem opinião (...)Portanto é uma metodologia de aprendizagem que é muito rica, porque é muito focada no aprendente." T2, p.6

“(...) a sede é num espaço comunitário, da câmara, que é usado por várias associações, portanto a dada altura, estávamos vários e há uma estreita ligação com algumas das entidades que lá estão, por exemplo o K' Cidade.” T2, p.8

“A REDE não é neste momento claramente e não o foi como projeto, e agora, como associação, com coisas sempre a acontecer. Não é de todo. Mas sei que quando acontece é com a certeza que é uma coisa muito bem estruturada, portanto, quem é que vai tratar do quê, qual é o fio condutor da própria formação, ou seja, sempre foi uma preocupação a qualidade daquilo que estamos a oferecer. (...) Portanto quem é que convidamos, donde, quer seja jovens, ou outros autarcas, que seja inspirador para os nossos jovens (...) por um lado termos formação e pessoas com qualidade que o fazem, por outro lado, ter pessoas que trazem valor acrescentado e vem dar o testemunho pessoal, quer seja da sua experiência pessoal ou profissional.” T2, p. 10

“(...) Participação juvenil... eu penso sempre na oportunidade que é dada aos jovens para se expressarem, sobre tudo e mais alguma coisa, dentro da área que residem. Terem voz. Ter a oportunidade, o sitio, o local... (...) ganhas uma noção de ajudar as outras pessoas, ganhas iniciativa e acho que para além de participar nos meios à tua volta também acho que tens a curiosidade de ir procurar outras cenas fora, como o Erasmus +, conhecer novas realidade, novos projetos, acho que te faz crescer de uma forma... abre-te horizontes, acho que quando entras no mundo da participação juvenil, comesças a ver o mundo de outra forma (...)” J1, p.3

“(...) a questão da participação tem de ter técnicos mesmo especializados naquilo (...) a maneira como eles abordam as pessoas é muito importante (...) são divertidos, dinâmicos, eles conseguem fazer com que uma cena que esteja escrita num texto, eles fazem aquilo com slides, PowerPoint, jogos, dinâmicas, pá e tem tudo uma maneira de fazer que o tempo passa a correr (...) é a maneira como eles nos passam a informação, entra-te a 100 e fica-te a 200 de certeza.” J1, p.4

“O convívio, a relação que eles têm connosco, é uma relação muito íntima, não têm tipo aquela distância, de calma eu sou aquele que vos está a dar a informação e vocês tão aqui, não... é mesmo uma relação horizontal, pá, sentes-te acarinhado, e é todo um processo em que começamos com uma coisa pequenina, depois formamos um grupo coeso (...)” J1, p.4

“(...) De um modo geral, nas nossas reuniões começa tudo com uma apresentação informal estamos quase sempre em círculo para nos vermos todos, temos sempre uma dinâmica de iniciação para nos conhecermos (...) Um quebra gelo (...) de 10 em 10 minutos um minuto de relaxamento para não ser aquela cena tensa. E mandam sempre piadas, é uma cena tão informal que tu nem te lembrás que foste a uma formação.” J1, p.5

“Nós juntamos aquilo tudo e partilhamos com as entidades supremas, de certa forma, para sentirmos que o nosso objetivo foi concretizado, e de certa forma, depois de reunirmos com essas pessoas, se houve mudança. Temos sempre à espera da mudança.”

J1, p.6

“(...) tento sempre levar alguém comigo, porque aqueles dois vão levar outros dois (...) tentar englobar o máximo de pessoas possível porque acredito que é algo que eles não vão esquecer (...)” J1, p.7

“Informal é a palavra que também foca muito a REDE e a Dínamo, aquilo é mesmo uma cena muito informal, mesmo as nossas reuniões, se fosse possível, era uns deitados, outros sentados em cima da mesa (...) Tem tudo a ver com a maneira como é transmitido, onde é transmitido, também temos atenção ao local onde vamos dar as formações (...)” J1, p.7

“No início era muitos workshops, tentamos também saber o que as pessoas pensavam, chegamos a ir as escolas, secundárias, e perguntar aos jovens o que achavam que se devia fazer no concelho, o que gostavam de ver feito, também apresentámos muito o orçamento participativo (...) O Encontro Municipal da Juventude, que já é uma bandeira(...)” J2, p.4

“Envolvimento, Desenvolvimento, Empoderamento, Descobertas, Juventude, Sintra, Dinâmicas, Independência (...) Cooperação, igualdade...” J2, pp.6-7

“Ninguém está preso aos cargos, por exemplo eu por ser presidente não quer dizer que eu seja mais que os outros, não tem nada a ver...Isso dos cargos é irrelevante, estamos todos no mesmo patamar.” J2, p.7

“(...)uma das nossas maiores ferramentas são as redes sociais. Temos um facebook ativo. Mas é sempre o passa a palavra, começa por amigos que chamam amigos.” FG, p.4

“(...) eu fui a um encontro municipal e sai de lá a pensar que vou mudar o mundo. E é toda a dinâmica, há muita dinâmica de grupo, as pessoas saem de lá sempre com uma vontade de fazer mais e eu acho que é isso (...) Basta alguém dizer que tem um problema ou quer trabalhar isto e nós conseguimos desenvolver uma maneira de o trabalhar.” FG, p.5

“Como somos todos da mesma faixa etária, ao fim ao cabo acabamos por puxar uns pelos outros (...)se cada um individualmente conseguir subir umas escadinhas os outros vão sempre atrás porque querem apanhar o comboio (...)Somos jovens, trabalhamos com jovens, é sempre aquela idade em que queremos fazer coisas, e como fazer. Trabalhamos como fazer (...)” FG, pp.5-6

“Proximidade com as pessoas, espírito jovem, e para além disso muita capacidade, muito poder de encaixe. (...)Tentar apanhar o que cada um diz e faz(...)fazer com que eles sintam que se calhar o que dizem e pensam que não faz muito sentido, faz sentido, e nós vamos conseguir utilizar isso (...) Ler nas entrelinhas e puxar ali o essencial.” FG, p.6

“Capacidade de liderança, sempre sentimos que estávamos com as pessoas certas. É importante sentir aquela relação de proximidade. Ter a capacidade de juntar pessoas que são estranhas mas que de alguma forma funciona.” FG, p.7

“O ouvir é uma coisa importante. Os jovens têm aquela necessidade, de gostarem de serem ouvidos (...) a REDE gosta de fazer, vai pegar naquilo que nós dissemos e vai transformar em algo, vai fazer com que aconteça (...) Por isso é que é tão importante termos jovens a trabalhar para jovens (...) Porque talvez tenhamos mais sensibilidade para perceber alguns assuntos, do que propriamente se vier para aqui outra pessoa, que não tem muita relação com os jovens (...) É importante identificarmo-nos com quem trabalhamos.” FG, p.7

“A forma como organizamos as atividades é super importante, aquilo parece super natural, mas tem um pozinho por trás. Parece tudo espontâneo, mas tem uma parte muito premeditada. 1- Nós podemos ter uma ideia inicial mas é todo um brainstorming por trás, e isso dá trabalho, porque normalmente são 6, 7 cabeças a mandar ideias...” FG, p.11

“Acho que todos nos fomos começando a conhecer e acho que sabíamos o que podíamos esperar minimamente de cada um, então, então foi uma capacidade de gerir, ok este projeto quem está mais enquadrado, assenta bem mais à Liliana, ao Fred, ao Cajó, à Soraia, foi uma questão de sabermos gerir, de sabermos que projeto é a cara de cada um e como é que vai correr bem. (...)Aprendemos sempre uns com os outros, estamos sempre a aprender.” FG, p.13-14

“Acima de tudo pessoas super motivadas, que se comprometam e façam. Com vontade de fazer, isso é essencial. Que independentemente dos obstáculos se comprometam. (...) Pessoas que sejam capazes de orientar. As coisas não se fazem de forma leviana, é preciso ponderar e depois realizar. (...) pessoas que venham com vontade de beber informação (...) Pode ser preciso sangue, suor e lágrimas mas que com um bocadinho de força, determinação, contactos certos, é possível alcançar algo. Não para mudar uma comunidade inteira, mas mesmo duas ou três pessoas.” FC, pp.17-18

<p>CATEGORIA “Significado pessoal”</p>	<p>“(…) tu encontras jovens que querem de facto fazer a diferença , encontrámos jovens que descobriram que tinham uma voz, encontrámos jovens que se apaixonaram pelo projeto numa fase inicial e outros que se afastaram, encontrámos muitas coisas...aquilo que para mim define a REDE é uma vontade de encontrar respostas, de incluir as pessoas nessas respostas, e aqui neste caso, os jovens. (...) foi tão bom encontrar uma energia transformadora, que não tem medos de se afirmar, e com uma idade que ainda quer descobrir o mundo e não tem medo de questionar, fazendo-o de uma forma construtiva.” T1, pp. 8-9</p> <p>“(…) cresci muito a nível pessoal...” T2, p.10</p> <p>“(…)inesquecível, memorável, especial, único, tudo adjetivos com uma conotação positiva (...)” J1, p.6</p> <p>“Eu acho que a REDE me deu independência, abriu-me os olhos, os horizontes (...)interesse-me mais por política de certa forma (...) agora paro e percebo o porquê disto e não o porquê daquilo(...)” J1, pp.8-9</p> <p>“Para a minha vida foi desenvolvimento (...) estou a interessar-me mais pelos direitos humanos, fiquei a conhecer o meu concelho, algumas atividades que nunca ouvi falar (...) para mim o projeto da REDE ajudou-me muito a desenvolver e a tornar-me mais forte (...)” J2, p.8</p> <p>“A paciência (...) Trabalhar com pessoas com as quais não podemos concordar ou não nos identificarmos (...) Há outras coisas e outras pessoas que me mostram outras perspetivas e consigo entender.” FG, p.11</p> <p>“O compromisso. Porque nem sempre há vontade.” FG, p.11</p> <p>“(…) capacidade de encaixe, tolerância, persistência (...) deixar de ter medo de falar com pessoas da mesma idade (...) não ter medo do que vou dizer (...) deixar de ter medo de mandar nas outras pessoas. Não é de mandar mas liderar (...) a REDE foi assim um choque de desenvolvimento pessoal e interpessoal assim intergaláctico.” FG, p.12</p> <p>“(…) a curiosidade, foi algo que simplesmente despoletou (...) Atualmente procuro, olho, mesmo que eu não queria tiro uma fotografia para guardar (...) davam-me asas para falar à vontade nas sessões.” FG, pp.12-13</p> <p>“Senti que foi mais fácil, que me dei a conhecer às outras pessoas, e a saber dar oportunidade aos outros de se darem a conhecer e que lá está, o ser um pouco introvertido acabou por acalmar um bocado (...)” FG, p.13</p> <p>“E quando vim para aqui percebi que nem sempre posso ser líder e tenho de dar oportunidade a outras pessoas.” FG, p.13</p>
--	--

<p>CATEGORIA “Dificuldades sentidas”</p>	<p>“Por incrível que pareça, a sua sustentabilidade, o compromisso dos seus órgãos sociais, porque estamos a falar de órgãos sociais jovens, estou em crer que a média de idades deve ser de 22/23 anos (...) e são alturas da vida em que acontece muita coisa... e isto pode afetar o próprio projeto. (...) Outro é a ausência de tangibilidade de algumas ações. Muitas das ações que se vão fazendo acabam por ter uma tangibilidade quase nula ou só surtem efeito a médio/longo prazo. E isto para os jovens costuma ser ou poderá ser um desafio ao compromisso com os projetos. Porque a participação juvenil surge mais efeitos quando há resultados tangíveis imediatos. As coisas que dependem de processos estruturados levam mais tempo a acontecer e isto já não é tão fácil, são compromissos de outra natureza. E também a ausência de reconhecimento aos jovens, dos espaços que eles vão tentando criar. Se o poder político não acompanha os desejos e anseios validados pela comunidade dos próprios jovens e até pelo trabalho associativo, depois há um desânimo, uma desmotivação, que poderá vir a fazer os projetos implodir.” T1, p. 6</p> <p>“é preciso haver uma colaboração das entidades que estão...1-Completamente! Desde os decisores políticos que têm de se posicionar para poderem fomentar também o surgimento destes atores, e quando falo de decisores políticos falo de decisores políticos eleitos, como também depois pelas forças políticas que existem pois estas ocupam um papel determinante no que são estes espaços de tomada de decisão. (...)Em vez de se olhar para este tipo de atores apartidários, desligados de qualquer influência sistémica, como um contributo crítico para um outro tipo de desenvolvimento, pode-se olhar para eles como ameaças e isto surge às vezes na dificuldade que temos em resposta a convites a alguns decisores políticos, a algumas forças políticas,(...)” T1, p.7</p> <p>“Outras é o facto de não se poder falar em participação política, parece que participar politicamente é participação dentro da esfera partidária. E eu acho que isso é uma noção que de momento está errada. Temos uma série de atores na sociedade civil que participa politicamente e tenta trazer contributos para a discussão de requalificação urbanística, contributos para a educação, contributos para os seniores, contributos até para os jovens e para a sociedade, que não são políticos partidários. Mas são políticos na sua intenção. Querem transformações que abonem a favor do viver da polis, no seu sentido mais lato.” T1, p.7</p> <p>“Jovens que muitas vezes são vistos pela sociedade civil como um problema, mas raramente são vistos como sendo um grande input para mudança positiva.” T1, pp.8-9</p> <p>“(...) o projeto era em termos financeiros e burocráticos é muito exigente, portanto a dada altura no projeto há aqui um equilíbrio que nem sempre é fácil de conseguir no sentido em que estás sempre a fazer relatórios, sempre a prestar contas, sempre a justificar coisas às vezes até ridículas(...)” T2, p.2</p> <p>“Acho que tem muitos altos e baixos e não diria retrocessos, mas tem muitas fases instáveis. E estamos a falar de uma fase na vida que, estamos a falar entre os 16 e os 30,35 anos, em que as nossas vidas as vezes mudam radicalmente em muito pouco</p>
--	--

tempo. (...) Estes aspetos são aspetos que se tornam mais frágeis para o projeto. (...) definimos inicialmente uma espécie de plano de atividades que na verdade nós executamos talvez 20%... uma das coisas que acontece é que às vezes não foi tão realista assim...”T2, p.7

“(...) inicialmente era difícil ganhar a confiança da câmara (...) Outros desafios (...) há uma grande rotatividade de jovens, portanto, nomeadamente associações de estudantes, em que o mandato é de um ano, tu dás-te a conhecer, comes a criar relação e no ano seguinte é raro um presidente de uma associação se manter. Isto é muito exigente para quem trabalha numa associação juvenil num projeto deste cariz.”T2, pp.8-9

“Eu diria até por um lado perceberem o nosso trabalho, por outro, quando nós estamos a falar de trabalho com jovens assume-se muito ok, mas o que é que fazes com eles? É teatro, é música, é dança? Não, é participação. Mas participação em quê? E nós usamos a participação como um meio para (...)” T2, p.9

“(...) deveria haver um momento, ou momentos, em que essas associações todas se juntassem e pensassem: pronto, estamos todos numa área de residência grande que é a área de Sintra, e se tu resides aqui fazeres algo aqui, tu resides ali fazeres ali, tentar englobar, porque temos todos o mesmo objetivo por isso faz sentido estarmos todos interligados de alguma maneira, eu acho que é uma coisa que falta muito quer em Sintra, quer em Lisboa, e etc. (...) Uma parceria maior (...) todos temos motivação suficiente para isto tudo, o único senão é que temos outra vida, não fazemos isto como nosso foco, e isso depois vê-se negativamente na REDE, não temos uma reunião há... nem me lembro...há meses. (...) Nós somos muito dependentes, mesmo sendo um grupo de mais velhos, 20/21 anos, somos muito dependentes do Marco, ainda. Tentamos afastar-nos, mas se não fosse o Marco a enviar um e-mail, ele é que tenta sempre puxar (...)” J1, pp.7-8

“Eu acho que há muitos entraves, que podiam facilitar mais o trabalho de associações como a nossa, juvenis, porque acho que eles olham desconfiados, às vezes. Olha um grupo de jovens, o que é que eles querem? Ou pensam que estamos a mando de alguém. Mas não, são ideias que saem da nossa cabeça, com propósitos, para fazer isto para dinamizar (...) é isso que têm de aprender, se for feito pelos jovens, em vez de complicarem, ajudem mais, deem mais ferramentas, se estivermos a fazer mal não nos apontem o dedo, mas ajudem-nos. (...) Deixar os jovens envolverem-se mais nos assuntos...” J2, pp.3,7

“Estamos muito parados porque estamos a chegar à fase de renovar os órgãos sociais, que é agora em Fevereiro de 2018, porque por exemplo o Fred vai fazer o serviço voluntário europeu, eu vou fazer intercâmbio de 6 meses, e já estamos pronto a andar para outro caminho.” J2, p.5

“(…) a REDE, o que para mim devia fazer é melhorar aquilo que já tem, os objetivos que já conseguiram, e estabelecer objetivos mais realistas (…) eu acho que ainda há um trabalho muito grande a fazer dentro das secundárias, e também junto das entidades locais como as juntas de freguesia e a câmara para perceberem exatamente o que nós estamos a fazer aqui dentro e para valorizar o nosso trabalho (…) Nós não estamos a chegar a todos os jovens do concelho, e isso acho que é importante, voltar outra vez às escolas, e apresentar esta ferramenta, este espaço que vos pode dar isto, isto e isto.(…)eu acredito que se tivéssemos um espaço nas escolas(…) acho que era algo interessante.” J2, pp.5-6

“(…) mas até por ser uma associação sem fins lucrativos, em regime de voluntariado, todos estamos como voluntários, eu acho que há pessoas que acabam por perder a responsabilidade, aquele compromisso, desvanece.” J2, p.6

“Dependência porquê? 1- Dependência porque, eu falo deste nosso mandato, nós estamos muito dependentes do Marco e da Andreia, porque eles já vinham com a experiência de trás e pronto também nos ensinaram muito mas faltou-nos um bocado de auto iniciativa...para nos autonomizarmos. (...) E acho que também era importante quem nos guiasse.” J2, pp.6-7

“(…) parceria entre as associações? Pouca, não porque elas não queiram mas porque é muito complicado saber quem é quem e o que as pessoas estão a fazer...e acho é que aí as entidades do nosso concelho, a câmara e as juntas de freguesia podiam trabalhar mais nesse sentido.” J2, p.8

“(…) nós sabemos e temos perfeita consciência que nos encostamos. Temos de ser eficientes só com o auxílio, não com o encosto.” FG, p.8

“Há toda uma parte burocrática que nós nem sequer temos noção.” FG, p.8

“Mas o que acho que tem de mudar é os órgãos sociais em si. Houve pessoas que se comprometeram e se descomprometeram logo. Senti que um dos motivos para eu me ter desmotivado a meio do projeto foi ver que essas pessoas abandonaram o barco (...) A REDE somos todos nós mas só uma parte dela é que está a trabalhar para o mesmo objetivo. (...) Desde o dia em que nos oficializámos como REDE há 2 anos, há pelo menos alguns elementos que eu não voltei a ver (...)”FG, p.10

“Temos aí uma barreira que se chama Câmara Municipal. Então a maior instituição que nós precisamos para funcionar não nos abre portas, não nos dá abertura para, acaba por também por nos condicionar a nossa ação no terreno e quando isso acontece e falo por mim, foi uma grande frustração (...) Estamos no cimento fresco prontos para bombar e aquilo começa a secar e não conseguimos sair.” FG, pp.15-16

“O que é que interessa uma associação como a nossa? (...) O que é que interessa os jovens? (...) Na cabeça deles há outras prioridades. (...) Dizem que os jovens são o futuro mas não apostam. (...) Há um pacote de políticas feito para os jovens só que são feitos de velhos para jovens, são feitos por pessoas que não sabem.”FG, p.16

“(...) eles agora estão a fazer o Concelho Municipal da Juventude e teoricamente nós estamos todos lá, mas ninguém nos consultou. (...) Não resulta (...) Queremos que olhem para nós e nos seja dado valor.” FG, p.17

“Quando eles ouvem a palavra participação, a palavra política, é um bicho de sete cabeças. Sou sincero quando falo com eles tento não mencionar a palavra política. Há 3 anos se me falassem nessa palavra desligava completamente. É importante verem a política de outra maneira, como participação em algo que gostam e querem fazer.” FG, p.18

“Temos o direito de falar com os nossos políticos (...) Mas depois há também a dificuldade de chegar até eles. É tudo tão burocrático. Perdemo-nos pelo caminho (...) Perde-se a motivação.” FG, p.18